

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA CINCO DE JULHO DO CORRENTE ANO.-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia cinco de Julho do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada com a abstenção do Vereador Emidio Fidalgo, por não estar presente na mesma. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 2 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO-----

----- 2.1 DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 2. Comissão de Vistorias-----

----- 3. Assistência Técnica na área da cartografia e levantamento Cartográfico Concelhio -----

----- 4. Pedido de Informação Prévia para construção de edifício destinado a padaria - Industria classe D, num prédio sito na Rua do Ribeiro, freguesia de Tentúgal, requerido por António Gaspar Bairrada - Proc. 7/02 -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 12. Conservação e reparação de arruamentos nas povoações - Ex - E.N. 347 - Troço entre a Ponte das Lavadeiras e a vila de Montemor-o-Velho - intempéries - trabalhos a mais -----

----- 13. Conservação e reparação de estradas e caminhos municipais: EM 592 - 2 entre Montemor-o-Velho e Gatões (por Moinho da Mata) - intempéries - trabalhos a mais-----

----- 14. Casas pré - fabricadas - (Santo Varão e Gatões) Mudança do Local com Reinstalação - Acta de Abertura das Propostas -----

----- 4 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 2. Jardim de Infância de Verride - aquisição de equipamento e material didáctico. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, considerando que era cada vez mais necessário, muitas vezes, devido ao formalismo da actividade da própria municipalidade, ter no contexto do quadro de recursos humanos da casa, pessoas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

habilitadas a poderem, em circunstâncias mais formais e ocasionais, terem procedimentos considerados essenciais em termos de protocolo autárquico em situações em que era requerido um certo formalismo institucional entre a autarquia e outros órgãos de soberania, bem como com entidades, que por vezes eram convidadas. Nessas ocasiões, tornava-se necessário que existissem procedimentos adequados, formalmente aceites dentro da ética e do bem estar. -----

----- Assim, informava que a funcionária da autarquia, Dr.^a Ana Célia, iria frequentar um curso de Protocolo Autárquico, para que em determinado tipo de circunstâncias, em que a Autarquia veja necessidade, lhe possa solicitar os seus conhecimentos, para poder ter um procedimento, quer de um ponto de vista ético, quer de um ponto de vista de protocolo adequado às circunstâncias, que muitas vezes são exigidas naquela matéria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, a partir de Setembro do corrente ano, irá promover, uma Assessoria Técnica Desportiva mais evidente, dentro da Câmara e sobretudo tendo presente um problema que tinha começado a ser discutido, durante o mês de Julho, que se prendia com a Gestão da Pista de Remo do Centro Náutico. -----

----- Em relação àquele aspecto, considerava que tinham que começar a alicerçar uma estratégia que levasse futuramente, não só aquele projecto, mas outros, a terem uma estratégia clara de intervenção da própria Autarquia, de uma parceria que se venha a criar com uma forma jurídica que ainda está em discussão, nomeadamente se será uma forma associativa, uma maneira empresarial, de uma maneira mista, etc., tudo isso eram circunstâncias que naquele, momento, não se compadeciam para que chegassem a Agosto ou Setembro e estivessem a perguntar o que é que fariam na Pista de Remo, como fariam a sua manutenção, etc.. -----

----- Tendo particularmente, duas preocupações fundamentais: uma, era a de ter, com alguma celeridade um estudo económico de viabilização de gestão da Pista, e não estava a falar do investimento feito, mas estava a falar do que é que dali para a frente significava ter, em termos de gestão, aquela Pista a funcionar: quais os custos e que necessidades é que apresentava, para poder viabilizar no futuro, a tal formalização institucional e jurídica de uma entidade que terá que ter algum suporte logo à partida de análise económico-financeira, daquilo que irá pressupor aquela mesma solução de gestão. -----

----- Para além disso, pressupor também que, naquela Assessoria Técnico - Desportiva, irá ser integrado todo um projecto Concelhio de Desporto que ali tinha sido discutido várias vezes. Era mais do que necessário impor que algumas daquelas regras fossem clarificadas e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

normalizadas. Por outro lado, o próprio tecido associativo estava numa fase crescente, também face ao desenvolvimento das infra-estruturas, que ao longo dos últimos anos tinham vindo a ser oferecidas ao Concelho e, nomeadamente, outras que têm programadas, como uma piscina municipal, uma pista de ciclismo e outras estruturas que naquele momento defendiam, e que julgava que iriam ser implementadas. Deveria existir um corpo técnico ligado, sempre, na vertente da formação pedagógica e didáctica, junto das escolas, mas que fizesse a interligação aos clubes, de maneira a perspectivarem uma estratégia de desenvolvimento desportivo programado e devidamente alicerçado. -----

----- Dentro daquele contexto, em conjunto com os serviços administrativos e financeiros iriam elaborar um contrato de prestação de serviços, ou de avença, conforme fosse mais adequado, para começar a salvaguardar quadros que pudessem dar, dentro da perspectiva deste executivo, uma correlação próxima dos objectivos traçados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Aproveitava ainda para dar conhecimento que tinha recebido, via Governo Civil, uma informação que, durante a corrente semana tinha sido desenvolvida, com carácter de urgência, uma reunião no Governo Civil que juntou o Serviço Nacional de Bombeiros, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Judiciária e outros organismos ligados a questões de Segurança e de Protecção Civil, e que tinha tido como infoque prioritário toda a devassidão de incêndios, que tinham ocorrido durante a semana. Independentemente das condições climatéricas, que tinham sido adversas e tinham proporcionado aquelas circunstâncias, mais do que nunca, era visível que, existia dolo claro e criminal para que tivessem ocorrido. -----

----- Aquelas circunstâncias também se verificavam no Concelho de Montemor, tinham tido, ao longo da semana, alguns fogos no Concelho, tinham sido rapidamente controlados. Gostava de salientar que, dois dos fogos foram previamente detectados, por toda a patrulha, que estava a fiscalizar o Concelho. -----

----- Disse ainda que, a partir de Segunda Feira irão reforçar, ainda mais, a vigilância florestal. Para além das unidades móveis que estavam, a moto-quatro, irá estar em funcionamento, com mais uma unidade móvel para controlar, sobretudo a zona da Gardoa e a Zona do Rosmaninhal. Eram zonas que, começavam a ser um foco de apetência, por questões claras de qualidade de floresta. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que, em relação à Ponte das Lavadeiras, teve a oportunidade de receber o Vice- Presidente do ICERR, que tinha vindo "apresentar" o ponto da situação da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

obra da Ponte das Lavandeiras. Tinha estado também presente, durante algum tempo, o Senhor Presidente da Câmara de Soure, tendo tido oportunidade de ver, que a ponte, em termos das obras e, do concurso lançado, estava concluída, faltando depois a parte da iluminação. Significava que, muito possivelmente a partir, do dia vinte e dois de Julho, a ponte estará aberta. Haveria um certo interesse em abrir ao trânsito, pois tinha manifestado que, independentemente das suas críticas, naquele momento prorrogar por mais tempo, junto das populações, aquela infra-estrutura fechada, pensava ser nefasto. -----

----- Tinha também falado que, na primeira semana de Agosto, se iria realizar todas as provas de competição, e que haveria todo o interesse, que o trânsito já fosse feito através da ponte, por facilidade de acesso. Também lhe tinha sido garantido que, se a ponte ainda não estivesse aberta, ela abria, extraordinariamente, para aquele fim. -----

----- Mais disse que, estava previsto que, a abertura da ponte, iria ser feita na mesma altura em que, iria ser aberto todo o troço da A catorze até Trouxemil. Estava inicialmente agendado para o dia vinte e sete de Julho, mas aquela data já tinha sofrido alterações, havendo uma simultaneidade de abertura ao trânsito. Estavam a ser abertas as propostas do projecto de iluminação, e seguindo os trâmites normais, haveria mais dez dias para, de acordo com o CPA, verificarem as posturas dos outros concorrentes, e também para o despacho, do Senhor Secretário de Estado, sobre aquela matéria, o que significava depois que, terá um prazo máximo de um mês de obra. Em finais de Agosto a ponte estará iluminada. -----

----- Disse ainda que, naquele caso, e não querendo ser incoerente, nem contraditório, tinha sugerido formalmente que, se quisessem fazer alguma manifestação de inauguração, que fosse feita na primeira semana de Setembro, pois coincidiria com as festividades concelhias. Na reunião que, tinha tido com o Senhor Engenheiro Vale, manifestou claramente o desacordo das duas circunstâncias, que, independentemente de tudo, uma delas estava mais corrigida do que a outra, mas que continuava a levantar as dúvidas que assistiam, não só às forças de segurança, como aos próprios autarcas. -----

----- No que dizia respeito à curvatura do lado de Soure, o Senhor Engenheiro Vale, tinha prometido fazer uma correcção, posterior à entrega da obra. Em relação à parte de Montemor, como se podia verificar, já tinham sido colocados os rails e a sinalização irá levar bandas sonoras nas entradas para a rotunda. -----

----- Era necessário que a ponte fosse aberta ao trânsito, mas considera que as condições básicas de segurança, ainda não existiam. Deveriam continuar a forçar, para que, posteriormente à abertura, fossem feitas correcções que ainda eram possíveis.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Independentemente da inauguração, tanto para o Presidente da Câmara de Montemor, como para o Presidente da Câmara de Soure, iriam manifestar que continuavam a considerar incompleta a obra naquela matéria.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou que, tinha tido uma reunião com a Associação de Comerciantes e Empresários de Montemor, por causa da instalação, da média superfície do PLUS, no concelho. Aquela, tinha ficado de fazer uma informação escrita, dando o parecer do que era o entendimento da Associação face, à instalação daquela superfície. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Informou que em relação à EBI de Pereira, a sua Comissão Instaladora tomou posse naquela semana. Nefastamente não tinham sido informados daquela matéria. Tinha tido a oportunidade de telefonar à Senhora Directora Regional de Educação, manifestando o seu desagrado, e, sobretudo a sua perplexidade, face à funcionalidade daquele tratamento. Dois dos elementos daquela Comissão Instaladora, tiveram a amabilidade de vir apresentar cumprimentos e, estarem presentes, mas claramente o Presidente da Câmara tinha solicitado à DREC, através dos seus serviços, não só de infra-estruturas, como dos seus serviços técnico-pedagógicos, uma reunião de emergência que, irá decorrer no dia vinte e três de Julho, com a Comissão Instaladora, com a Presidente da Delegação da DREC e com o responsável pelas infra-estruturas, para que, formalmente, lhes façam o ponto da situação da EBI de Pereira, quer em termos de infra-estruturas, quer em termos de pessoal técnico, administrativo, pedagógico, Comissão de Instalação, etc.-----

----- Pedia ao Vereador Abel Girão que, estivesse presente naquela reunião, para que depois pudessem fazer um ponto da situação das infra-estruturas anexas, que, era da responsabilidade do município. Pedia também para que, em conjunto com o Vice-Presidente manifestassem claramente, e inequivocamente, também uma relutância total por parte do executivo, das infra-estruturas complementares, nomeadamente desportivas, que estavam a ser construídas, que eram manifestamente insuficientes, para a dimensão da escola, e do aglomerado populacional que, se pretendia vir a crescer nos próximos anos. ----

----- Quanto à questão da operacionalidade da escola, apenas estavam suspensas as escolas de Pereira e Casais Velhos, e que será suspensa a de Vila Nova da Barca, mas que não drenará para Pereira, mas sim para Verride. Em relação às outras escolas, já tinha manifestado e, já tinha tido a anuência do executivo de que não havia suspensão de mais escolas, até serem devidamente tratados e equacionados dentro do plano de desenvolvimento que, se perspective nos próximos três a cinco anos para aquela zona. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** - Informou que, numa reunião anterior tinham deliberado mandar fazer a estátua de Inês de Castro, mas havia uma questão que não tinha sido debatida, e que, pensava ser básica. Tratava-se da localização da estátua. -----

----- Após algumas trocas de impressões, o local para colocar a estátua ficou por definir, tendo sido colocadas algumas hipóteses a serem confirmadas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO** -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, se estavam a notar constrangimentos em Formoselha, na Rua Nova, onde algumas pessoas da população solicitavam que, pudesse haver uma reorganização do trânsito. A Rua Nova era muito estreita, e o Comandante do Posto da GNR de Montemor, Senhor Mesquita já tinha feito algum estudo sobre aquele assunto, e importava assegurar apenas um sentido naquela rua e reorganizar o trânsito. -----

----- Uma vez que, existia um estudo prévio da autoridade local, dever-se-ia ver qual a possibilidade, de reorganizar a situação, para evitar incómodos. -----

----- Da mesma forma, no cruzamento junto à escola e passagem de nível, onde por semana existiam vários acidentes, deveriam tentar minimizar os problemas naquele cruzamento. Não tinha nenhuma proposta, nem solução para o mesmo, mas parecia-lhe que, todas as semanas ali haviam acidentes. Uma das razões para aqueles acidentes, era por a passagem estar durante muito tempo fechada, o que implicava uma junção elevada de trânsito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou ainda que, as pessoas, principalmente as que trabalhavam no campo, estavam muito preocupadas com o gado bravo. Já tinha havido uma situação, em que, duas pessoas idosas tinham sido atacadas por gado bravo que pastava no campo. Também a pista estava a "sofrer", com aquela situação. Não sabia o que é que se poderia fazer, mas a Câmara deveria tomar providências. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, a Câmara já tinha notificado, quer o dono dos cavalos, quer o dono dos touros e das vacas. -----

----- Disse ainda que, se a situação não for resolvida, por via amistosa, terão que desenvolver outras démarches, por via das forças de segurança. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- **Terceira** - Gostaria de transmitir algum sentimento de actuação na Caixeira, passando pela necessidade, de alargamento da via de saída, e, eventual aquisição, de uma casa velha, que permitiria alargar a estrada de saída. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Uma outra questão, tinha a ver com os cães vadios em Verride e com as preocupações da população, relativamente àquele assunto. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, acerca de um mês tinha tido uma reunião com o Senhor Dr. Pinto Bravo, na qual tinha solicitado, uma vez que tinham escassos recursos, quer logísticos, quer infra-estruturais, para através de uma medida pedagógica, solicitar o intercâmbio com a Câmara de Coimbra, a qual tinha uma equipa, naquela matéria extremamente acutilante, e, tecnicamente modernizada, para fazerem um ensaio no Concelho, com duas ou três acções específicas. Tinha inclusivamente citado as zonas geográficas do Concelho, que apresentavam maior delicadeza de tratamento naquela matéria, para que, fosse articulado o necessário, para se fazerem dois simulacros a alguns trabalhadores da Câmara, afim destes aprenderem e depois utilizarem, quer a técnica, quer alguns dos equipamentos necessários para aquele fim. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou ainda que, nalguns casos se notava um mau estado dos contentores do lixo, e a sua deficiente lavagem. Não sabia quem era o responsável pela situação, mas sabia que, ela existia e que, era real, especialmente quando os contentores estavam próximos de habitações, e, no verão, era uma situação horrível. -----

----- Disse ainda que, convinha reforçar o contingente dos eco-pontos, logo que possível, pois os que existiam eram insuficientes. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Quanto à manifestação dos proprietários, entre Verride e Carvalhal, que já se tinham disponibilizado, para ceder terrenos, para o alargamento da via, dever-se-ia o mais oportunamente possível, proceder ao alargamento daquela via. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** - Informou que existia uma casa velha em Verride, junto ao fontanário do Largo Garrete, que, estava a ameaçar ruína, situação que convinha ser verificada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** - Informou ainda que, na rotunda, junto ao quiosque dos anjos, apareciam nos postes umas placas de sinalização, a assinalar Montemor para o lado do Castelo. Aquelas placas apenas diziam Montemor-o-Velho, não referindo nem Vila, nem Centro.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Colocava-se no papel de quem não conhecia a zona, o que poderia trazer alguma confusão, uma vez que a placa não referia que zona de Montemor era indicada.-----

----- Em relação à rotunda do Intermarché, considerava que era uma vergonha, tinha sete ou oito outdoors, na entrada de Montemor, e nem sempre estavam com manutenção devida, pois os papéis arrancavam-se ou o vento partia-os. Tratava-se de uma entrada nobre, de Montemor e pensava que, se deveria fazer alguma coisa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Nona** - Informou que, em relação à recuperação do órgão de Tentúgal, aquela iria ficar suspensa, porque não tinha sido paga uma tranche a que, o organeiro, que estava a fazer a recuperação tinha direito, e, por isso, tinha interrompido a recuperação do órgão. Quando lhe falaram sobre aquele assunto, não tinha qualquer informação sobre quem deveria ter pago ao organeiro. Não sabia se seria a Câmara, José Saramago ou a Junta de Freguesia, e com base naquele incumprimento, ele iria abandonar o trabalho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima** - Manifestou o seu contentamento ,em relação à solução encontrada, para a resolução do problema dos contadores, com a população de Tentúgal, embora lhe parecesse que, tinham havido duas posições, nas duas reuniões que tinham sido feitas com a população, um pouco diferentes. Na reunião do dia anterior, com o senhor Presidente da Câmara e a população de Tentúgal, as coisa tinham evoluído no sentido favorável. A solução encontrada, não penalizava demasiado a população, e por isso saudava a atitude que, tinha sido tomada, para com a população. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Primeira** - Informou que, gostaria de saber se estavam ou não a fazer os transportes para a feira quinzenal, de residentes, no Casal do Raposo, com transportes da Câmara Municipal, em colaboração com a Junta de Freguesia. Já tinha abordado o assunto, mas não tinha obtido qualquer resposta.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Segunda** - Informou que tinha recebido um convite do CITEMOR, para um espectáculo especial. Sabia que, já o ano passado tinha sido assim, e que tinha sido enviado também um convite daquele género para o Presidente da Câmara. Gostaria de manifestar o seu protesto. Não sabia com quanto é que a Câmara iria comparticipar o CITEMOR e também gostaria de dizer que o sentido da entrevista que o senhor Valente tinha dado na SIC Noticias, e quando lhe perguntaram se a população de Montemor aderiria ao CITEMOR, tinha respondido que o CITEMOR, não era para a população de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Montemor, mas sim para o público das grandes cidades. Tinha muito respeito pelo CITEMOR e pelo CITEC. -----

----- Mais disse que no dia vinte e cinco de Julho o CITEC faria trinta e dois anos, não seria comemorada, aquela data não haveria nenhum envolvimento, nem nenhuma implicação. A Associação não tinha eleições, não funcionava do ponto de vista associativo e nem se sabia se existiam ou não associados. Não era por causa de um convite, pois geralmente a qualquer evento que comparecia, não utilizava o convite e pagava, mas considerava que havia um momento em que as coisas deviam ser postas no devido lugar, e em relação ao CITEMOR, achava que se estavam a passar das marcas, o que era bastante desagradável. -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Terceira** - Informou que, politicamente lhe tinha sido transmitido por alguns Presidentes de Junta, que a distribuição das máquinas da Câmara pela Juntas e a sua circulação, não tem sido equitativa, e mal tinha contemplado as Juntas de Freguesia da oposição. Aos fins de semana não haviam razões de queixa, mas nos dias de serviços normais não tinha acontecido.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria de responder a algumas das questões colocadas:-----

----- Em relação à questão da passagem desnivelada em Formoselha, que se entroncava na questão do cruzamento, em Formoselha, e com os problemas que, tinham sido levantados no trânsito, essa questão estava a ser equacionada só que, enquanto não estiverem concluídas as obras do saneamento, não interessava estarem a colocar uma situação de trânsito que não ficasse definitiva, e que iria criar apenas um sentido único numa das vias e promover o giratório dentro da própria localidade de Formoselha. Aquela situação estava prevista, mas não tinha sido accionada, uma vez que iria haver interrupção de trânsito devido ao saneamento, era preferível não a fazer. -----

----- Disse ainda que, em relação à passagem desnivelada irá solicitar ao senhor Secretário de Estado dos Transportes, uma reunião para discutir aquele assunto. Tinha sido alertado por um texto que vinha no Diário de Coimbra, que lhe tinha dado extremo gáudio, mas que considerava que devia ser apresentado ao executivo para que, a partir daquele momento, o entendam dentro de uma postura de alguma intervenção naquela matéria. ----

----- Tinha havido em Coimbra durante o fim de semana passado, um Fórum que tinha debatido a questão dos transportes de alta velocidade ferroviários, onde tinha estado vários técnicos conceituados, ligados ao sector, bem como pessoas que tinham sido responsáveis

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

politicamente por várias áreas. Tinha estado também presente o ex-Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, e ex-Eurodeputado, Dr. Manuel Porto e Engenheiro António Brotas tinha sido afirmado que a questão do traçado do TGV ia ser dilatada no tempo por mais alguns anos, mas tinha dito declaradamente que para as pessoas de Coimbra, teriam que se preparar para aquilo que estava perspectivado que era que o TGV passaria a Oeste de Coimbra e a sua saída seria na zona de Montemor-o-Velho.-----

----- Iria tentar saber mais profundamente, quais os alicerces, porque se, por um lado se andavam a bater por um Centro Náutico de Remo com aquelas qualidades, pegar numa paragem do TGV em Montemor, era quase como revolucionar tudo. Pensava que aquela situação iria fazer justiça há dois séculos, em que a linha do Norte tinha sido desviada de Montemor, por motivos que ninguém conhecia.-----

----- Mais disse que, iria aproveitar a reunião com o Secretário de Estado, relativamente à passagem desnivelada, para tentar perceber o que é que estava subjacente àquela ideia, e ao mesmo tempo manifestar todo o empenhamento para que, se houvesse necessidade do que quer que fosse, estariam disponíveis.-----

----- Quanto à questão da cedência de terrenos para alargamento da via Verride / Vila Nova da Barca, na zona do corte para o Carvalhal da Azóia, tinha conhecimento, que alguns proprietários tinham manifestado disponibilidade para cedência de terrenos, pelo que solicitava ao Serviço de Obras, que comesçassem a articular aquela matéria.-----

----- Em relação à lavagem dos contentores, queria dizer que naquele momento estava a ser desenvolvida uma operação de lavagem, de setecentos contentores, e havendo uma pessoa dos serviços a acompanhar aquela execução. Praticamente, noventa por cento dos contentores existentes, estavam a ser limpos. Tinha tido uma reunião com o senhor Engenheiro Abel Girão, senhor Engenheiro Argel e Engenheiro Miranda para tentarem fazer uma intervenção urgente, que se prendia, com a limpeza das valetas e das silvas que existiam no concelho. Naquele momento, com a mão de obra disponível existente nos serviços da Câmara e com o equipamento técnico, dificilmente poderiam dar resposta a todos os pedidos. Seria preferível assumirem alguma despesa extra e darem uma intervenção mais célere, mais adequada, e que possibilitasse no próximo ano, de acordo com o que já tinha sido discutido, em relação à delegação de competências para as Juntas de Freguesia, entregarem aquelas responsabilidades às Juntas.-----

----- Relativamente ao CITEMOR, a questão era extremamente delicada de intervir. Era evidente que o CITEMOR era uma imagem de marca do Concelho, mas o que mais afectava em relação à entrevista ouvida pelo Vereador Victor Camarneiro, e que também

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

tinha ouvido, não era ter sido feita uma constatação. O que era mais delicado era que, o apor, na matéria de retorno daquele investimento muitas das vezes diluía-se. Era uma questão que se prendia com a filosofia de estar do executivo, em que manifestavam estarem interessados no turismo cultural, no desenvolvimento do sector terciário, e que, fundamentalmente, dentro daquelas vertentes, um equilíbrio dentro daquele mesmo desenvolvimento, mas teria que ter um retorno verificável. -----

----- Em relação àquele festival, pensava que o que funcionava, em primeira instância era o nome, um produto que teia que ser equacionada a uma dimensão que não poderia ser aquela que naquele momento acarretava para a autarquia, uma comparticipação financeira na casa dos oito mil contos. Tinha tido uma reunião com os elementos do CITEC e tinha-lhes dito claramente, que este ano, era de contenções e que iria manter o apoio financeiro, mas iria reduzir o apoio logístico para metade, porque não tinham possibilidade de continuar a suportá-lo. Este ano estava a pagar cerca de cinco mil e duzentos contos do apoio do ano passado, que não estava pago. Iam fazer um esforço financeiro para pagarem tudo este ano, e rever toda a estratégia para o próximo ano. -----

----- A autarquia estava, naquele momento, a ser onerada pela cedência de instalações que tinha começado por ser um espaço e estavam a alargar a todo o edifício. Era evidente que aquelas circunstâncias, não poderão ser ultrapassadas, de uma forma conflitual, mas tinham que ser equacionadas. Pensava haver um conjunto de circunstâncias que iriam requerer a curto prazo, que tivessem que fazer um debate aprofundado sobre aquela matéria e em público. Já tinha dito aos elementos do CITEC, que achava tratar-se de um debate público emergente, sobretudo, para a sede do concelho, e que teria que ser alvo de discussão. Iria ser uma discussão de abrangência, quer do ponto de vista da sociedade civil, quer do ponto de vista político-partidária. -----

----- Relativamente à utilização, por parte das Juntas de Freguesia, das máquinas da Câmara, tinha feito um levantamento, e considerava que deveriam ser ouvidas ambas as partes. Tinha recebido telefonemas de Presidentes de Junta de Freguesia da maioria, que diziam que as máquinas só iam para as outras Juntas. Como estava farto daquela situação, tinha pedido um apanhado ao Vereador Abel Girão. Aos fins de semana, as máquinas foram utilizadas da seguinte forma pelas freguesias: quatro Sábados para Liceia, três para o Seixo, quatro para Tentúgal e um para Gatões, e, durante a semana já estiveram máquinas a trabalhar em Verride, durante três semanas, Abrunheira, Ereira, Pereira, Santo Varão. Em relação a Montemor também estiveram a trabalhar, na zona do Casal do Raposo. Em Tentúgal as máquinas ainda não tinham trabalhado durante a semana, em Arazede,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

estiveram junto ao Posto Médico, nas Meãs, já estiveram várias vezes, a executar reparações junto à Estrada cento e onze, em Vila Nova da Barca, estiveram o corta silvas e outras, em Liceia e no Seixo não estiveram durante a semana, em Gatões também já tinham estado e na Carapinheira tinha sido feita toda a intervenção, junto ao mercado abastecedor. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, a Freguesia de Liceia, tinha sido a primeira a receber as máquinas e pensava ser das freguesias que, mais equipamento tem tido. Havia algumas Freguesias que tinham razões de queixa, nomeadamente a Freguesia de Tentúgal e Abrunheira, pois só agora tinham sido feitas intervenções. Não havia intenções por parte do Executivo, mesmo em termos de materiais, de beneficiarem mais umas do que outras. -----

----- Mais disse, aproveitar que estava no uso da palavra, para complementar algumas das questões colocadas pelo Vereador Victor Camarneiro. Sobre a questão dos out-doors na rotunda do Intermarché, pensava que deveria haver uma intervenção, pois desconfiava que a maior parte deles eram ilegais. Tinha começado a ser afixados na altura da campanha eleitoral, que não precisavam de autorização para o fazer e depois tinham continuado.-----

----- Em relação aos Ecopontos serem poucos, era uma situação que dependia da ERSUC. A ERSUC tinha fornecido no início do ano, dezoito Ecopontos, e já tinham sido pedidos mais. Não o tinham feito, por alegarem que estavam a fornecer outras Câmaras.----

----- Sobre a questão dos contentores do lixo, a ERSUC informou que já tinham esgotado o plafond que tinham para distribuição, mas a Câmara estava a organizar um processo para adquirir mais contentores.-----

----- Em relação às casas em ruínas em Verride, tinha acabado de fazer um acordo com o senhor Presidente de Junta, em que a Junta de Freguesia se comprometia a fazer um levantamento exaustivo de todas as casas, que estavam em ruína, desabitadas, para que a Câmara interviesse em termos administrativos, para notificar os proprietários, e, se aqueles não actuassem, seria a Câmara a fazê-lo. Pensava que o parque habitacional não estava em boas condições, pois existiam muitas casas novas a construir e as velhas iam ficando para trás, pelo que todas as juntas de freguesia deveriam fazer o mesmo tipo de levantamento de forma a que a Câmara actuassem conforme as suas possibilidades.-----

----- Relativamente à questão da água em Tentúgal, era um assunto interessante que merecia alguma justificação. Existia um regulamento de abastecimento de água ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Concelho, que tinha entrado em vigor, no dia um de Julho de mil novecentos e oitenta e oito, o qual tinha sido aprovado pela Câmara e pela Assembleia de Freguesia.-----

----- Existia um tarifário fixado no mesmo e esta Câmara a única coisa que tinha feito, tinha sido transformar os escudos em euros. Aquele regulamento era omissivo na questão, em que existiam três instituições no Concelho a fornecer água: "A Liga dos Amigos de Verride", que era privado, a Junta de Freguesia de Tentúgal, que era uma entidade pública, e a própria Câmara. A Lei dizia que, a única entidade que estava autorizada a fornecer água, ao abastecimento público, era a Câmara Municipal. No caso de Tentúgal, ao fazerem a transferência, deveriam actuar da mesma maneira que estavam a actuar para o resto do Concelho. Tinha sido colocada a questão da maneira de funcionar em Tentúgal e no resto do Concelho, era diferente, porque, enquanto a Câmara fornecia o contador e depois cobrava uma taxa de aluguer, em Tentúgal, o contador era do próprio consumidor, e se ele avariasse o próprio consumidor teria que colocar um outro contador. -----

----- Mais disse, terem havido pessoas que reclamaram, porque já tinham comprado outros contadores novos, já tinham gasto algum dinheiro e a Câmara não poderia retirar nenhum pagamento. A única coisa que a Câmara poderia fazer, era aceitar o pagamento em prestações. Posteriormente, verificaram que o pagamento não poderia ser feito em prestações mensais, porque o regulamento não o permitia, quando se tratava de valores inferiores a vinte mil escudos. Para o pagamento ser efectuado em prestações, o assunto teria que ir à Reunião de Câmara e ser submetido à Assembleia Municipal. Solicitaram então ao síndico da Câmara uma informação mais detalhada. -----

----- Relativamente ao Supermercado Plus, tinham tido uma reunião com a Associação de Comerciantes e como já tinha sido referido pelo Senhor Presidente, ficaram de elaborar um documento sobre a sua posição. Tinha apresentado uma proposta curiosa: "Atendendo a que aquela cadeia de supermercados pretendia vender principalmente produtos nacionais, quando fosse feito o protocolo com eles, se contemplasse que os legumes produzidos pela Escola Agrária, fossem comercializados naquele estabelecimento comercial.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR ABEL GIRÃO-----

----- **Primeira** - O Vereador Abel Girão informou que, em relação à EBI de Pereira, naquele momento, a primeira fase do loteamento ainda não estava aprovada, faltando o parecer do ambiente, que tinha sido pedido há mais de seis meses. Pretendia dar conhecimento, que tinha feito um acordo com o loteador para a construção dos colectores, que iam servir

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

a escola, bem como a construção do arruamento que ia dar acesso à mesma. Naquele momento estavam máquinas a trabalhar naquele sentido, para que a escola pudesse estar concluída a tempo da sua abertura. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO** -----

----- **Primeira** - O Vereador Emídio Fidalgo informou que, as caixas de visita do saneamento em Arazede, após a ultima camada do betuminoso, ficaram à cerca de quatro ou cinco meses, com uma caverna natural circular, que era muito perigoso para quem circulava de mota ou de bicicleta. Solicitava à Câmara que o Empreiteiro fizesse o revestimento, o mais rápido possível, caso não tivesse ainda sido feito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que na Carapinheira, deveria ser feita uma limpeza aos resíduos de calçadinha, que se mantinham na berma da estrada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, em relação aos contentores do lixo, já vinha alertando há alguns anos a esta parte e que se mantinha, independentemente das limpezas e das desinfecções, que estavam a fazer. Os funcionários da ERSUC, se fizessem a limpeza dos contentores, mais ao final da tarde, ao virarem os contentores, havia restos de sacos que ficavam no chão e os funcionários apanhavam só uma parte, alguns com cheiros incríveis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, iria responder ao Vereador Emídio Fidalgo, e em relação à estrada da Carapinheira, já não era a primeira vez que era referido que aquele empreiteiro não tinha estado a cumprir da melhor forma com o que estava estipulado, tanto em qualidade, como em termos de gestão da obra. Há cerca de três semanas, tinham sido obrigados a chamar à Câmara o administrador, juntamente com o Engenheiro responsável pela obra, tinham-lhe dito que entendiam e tinham acertado um prazo para a conclusão da obra. Como resposta, foi dito que iriam começar com as limpezas de materiais, etc., mas passadas duas semanas não tinham sido cumpridas as promessas. Já tinha comunicado ao senhor Presidente da Câmara, que durante a semana, teria de marcar uma nova reunião com os mesmos. Quanto à questão das valetas, tinha lá passado com o engenheiro Miranda e as mesmas já estavam limpas. Em relação à conclusão da obra, até trinta e um de Agosto, não sabia até que ponto seria possível estar concluída, pois não estava a ver melhorias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- **Primeira** - O Vereador António Ramalhete deu conhecimento de que não iria estar presente na próxima reunião de dois de Agosto do corrente, em virtude de estar de férias. ---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que tinha ocorrido um acidente no Olival do Senhor, em Pereira. Já não tinha sido o primeiro acidente naquele local, alguns com alguma gravidade. Embora não tenha sido o caso deste, não havia sinalização e as pessoas entravam por onde e como queriam, uma vez que existiam três entradas para a estrada principal, e nenhuma delas com sinalização. -----

----- Solicitava que fossem colocadas placas de sinalização, para que o problema fosse resolvido e salvaguardando também a posição da Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, em relação à praia fluvial de Pereira, era inconcebível que depois da praia fluvial estar mais embelezada, toda a área da feira também estar, depois de ter havido uma intervenção da Câmara, continuasse a ser um mamarracho os barracões que ali se encontravam. Tinha perguntado a algumas pessoas o porquê dos barracões continuarem ali, e tinha-lhe sido dito que só ainda não os tinham tirado, por estarem à espera de uma indemnização por causa das intempéries. -----

----- Assim, era da opinião que se tirassem umas fotografias para fazer prova no futuro e para uma possível indemnização. Já tinha alertado a Junta de Freguesia, mas também lhe foi dito o mesmo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que, para si, a sala de visitas era toda a zona de Montemor. Pensava que, em relação à zona da rotunda do Intermarché, não seria muito difícil manter a mesma limpa. Em relação à rotunda da Carapinheira considerava ser um verdadeiro matagal, que poderia ser resolvido pois havia uma boca de água muito perto, e que tornaria muito mais fácil semear relva e colocar alguns arbustos dando outro aspecto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Gostaria que lhe fosse informado qual a quantidade de terrenos expropriados na curva da Misericórdia. As obras finalmente estavam no bom caminho, mas não tinha resposta para dar às pessoas. Pensava que a informação que vinha dando estava correcta. Gostaria de obter uma informação mais detalhada, para que pudesse dar uma informação mais correcta e mais fiável. Naquele momento havia um pedido para que o canto da curva da Misericórdia fosse mexido, mas o senhor Presidente dizia que não.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Na ultima reunião já tinha sido falado da rua que ia do Pontão de Santo Varão até à EBI de Pereira. As árvores cada vez mais ocupavam mais a estrada. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que as zonas de pesqueiro entre Pereira e Formoselha estavam um nojo, um atentado à saúde publica e por culpa dos pescadores. Também era pescador, mas tinha o cuidado de trazer com ele tudo o que levava para a zona de pesca. Para além da qualidade da água, que já tinha sido falada várias vezes, a zona envolvente estava muito suja, e com pessoas a tomar banho na praia fluvial. -----

----- Pensava que, se deveria ver com os clubes, ou afectarem uma zona à praia fluvial de Pereira como contrapartida da utilização, fazerem a manutenção daquele espaço, ou através da colocação de alguns baldes do lixo, com uma recolha semanal. Haveriam várias situações que poderiam ser equacionadas em conjunto com o clube de pesca, a Junta de Freguesia, etc. -----

----- A pesca era uma factor económico importante para o concelho, pois tinham muitos pescadores e vinham muitos de fora. Dever-se-ia procurar uma solução, um protocolo por exemplo, em que não fosse a Câmara a cuidar daquela zona, mas sim uma associação, com contrapartidas. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo não ter conhecimento daquela situação, mas tinha havido um compromisso, do executivo anterior, em relação aos escuteiros de Pereira para procederem à limpeza e arranjo daquela zona do rio. Aqueles, tinham procedido à limpeza não só do Ribeiro, a troco de uma participação, mas não sabia em que termos. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, iria responder a algumas das questões apresentadas. Em relação à rotunda da Carapinheira, não valia a pena estarem preocupados, porque a rotunda e os semáforos tinham ido já a concurso. Já tinha solicitado ao senhor Director do Departamento de Obras Municipais, para procederem de imediato à reformulação de todos os contratos de prestação de serviço de avença, para a limpeza e manutenção de espaços verdes, porque parecia-lhe não estarem adequados e pelo menos um deles devia ser denunciado até Novembro, para que abrissem novo concurso para aquela matéria. Tinham mais zonas verdes, mais rotundas, e aquela circunstância estava desde já a ser tratada. -----

----- Em relação à Praia Fluvial, havia uma questão que para si era fulcral, porque tinha que ser relacionado com a Junta de Freguesia, pois ela é que era a concessionária. Pedia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

ao senhor Vereador Abel Girão e José Marques para que intervissem naquela matéria junto da Junta de Freguesia, para tentar resolver da melhor forma aquela situação. -----

----- Em relação às zonas pesqueiras, tinha recebido naquela semana um projecto que se chamava MARIS, que se aplicava não só às infra-estruturas de portos, como a equipamentos de pesca e transformação, como a aquicultura e outras circunstâncias. Tinha despachado aquele assunto para a Dr.^a Ana Célia, que era a pessoa que lhe dava maior assessoria na questão das candidaturas comunitárias, para analisar e ver eventualmente o interesse na questão da lampreia de Ereira ou arranjo eventual dos pesqueiros de Montemor, Santo Varão e Formoselha.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR PEDRO MACAHADO -----

----- **Primeira** - O Vereador Pedro Machado informou que, em relação à Coup, gostaria de fazer um pequeno balanço, para que o executivo ficasse ao corrente do andamento dos trabalhos. Naquela fase, tinha sido distribuído o boletim numero três, que era compromisso da Comissão Executiva, a ser enviado a todas as selecções participantes, bem como aos membros da Comissão Executiva, e entidades ligadas aquele processo. Tinha no essencial, toda a documentação que dizia respeito à organização da prova, faltando apenas alguns aspectos que estavam a ultimar. O Boletim tinha a organização, o calendário das provas, o programa cultural e não só, que iria decorrer nos dias um, dois, três e quatro de Agosto. Tinha a confirmação das dez selecções que participarão na prova. Algumas delas registaram um numero acrescido de atletas em função da ultima informação prestada. -----

----- Era natural não haver ainda sinais muito visíveis daquela organização, no todo do concelho. Pensava que, no fim de semana, seriam colocados os outdoors alusivos a "Montemor-o-Velho - Capital Europeia do Remo dois mil e dois, dois, três e quatro de Agosto", espalhados sobretudo no eixo Coimbra/Figueira da Foz/Leiria/Aveiro, o que lhe parecia dar naquela fase, um referencial da dimensão que a prova assumia, mas também, de algum impacto, que gostariam que ela trouxesse. Para além disso, o próprio município, no caso de Montemor-o-Velho, sede da vila, e a estrada cento e onze, irão ser colocadas algumas bandeiras alusivas ao desenvolvimento da prova. Estavam a preparar com mais afinco, as questões relacionadas com a logística dos dias um, dois, três e quatro de Agosto.

----- Em relação à pista propriamente dita, ainda estavam a ser ultimados alguns trabalhos, nomeadamente, a colocação de contentores, das tendas, o que iria ser feita a partir de trinta e um de Julho, e estavam já acauteladas as questões ligadas à segurança,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

com a presença de estruturas que garantam a segurança, nomeadamente a GNR, que irá ter o seu posto móvel, a partir de trinta e um de Julho, na Pista de Remo, passando por um plano de trânsito, previamente combinado com os Bombeiros, com a Cruz Vermelha, e com a GNR, no sentido de que aquela prova venha a ser o êxito que todos esperavam. -----

----- Uma vez que a próxima reunião de Câmara será, no dia dois de Agosto, coincidia com a cerimónia de abertura da própria prova, fazia desde já o apelo, para que todos participem na cerimónia de abertura, às dezassete horas, na Praça do Município. Terá a partir das dezasseis e trinta, um desfile dos dez países participantes, desde o Convento dos Anjos, até à Praça da República, onde terão uma cerimónia oficial de abertura da Coup, onde estará, não só o Comité Internacional, como todas as selecções participantes, os árbitros, os júris, treinadores, seguida depois de um momento cultural, em que se pretendia fazer de duas formas: numa recepção de boas vindas aos convidados, e em Segunda instância, à população do concelho, já num espectáculo mais ao fim da tarde, no sentido de envolver também o concelho e a comunidade, em torno daquele investimento, que naturalmente, era um investimento avultado para o concelho. Ele próprio já tinha tido uma conversa com o senhor Presidente da Câmara, no sentido de ser a Câmara Municipal também a endereçar um convite à população, para que estivesse presente e participasse, não só, na cerimónia de abertura, no desenvolvimento do programa, quer nas regatas, quer dos treinos, mas também nos aspectos que estavam ligados à própria Coup, no tocante ao programa cultural. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, em relação ao órgão de Tentúgal, fazia sucintamente três pontos da situação: -----

----- Primeiro - A recuperação do órgão de Tentúgal resultava de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Comissão da Fábrica da Igreja de Tentúgal. Aquele protocolo tinha sido assinado a nove de Junho de dois mil e um, em que outorgava como primeiro a Comissão da Fábrica da Igreja, e segundo, a Câmara Municipal. O primeiro comprometia-se a fazer e a desenvolver todo o processo da recuperação e restauro do órgão, e a contribuir, em parceria com o Coro Litúrgico de Tentúgal, uma verba situada na altura em um milhão e quinhentos mil escudos. A Câmara Municipal, José Saramago e Delegação Regional da Cultura, teriam que apoiar com um montante de oito milhões seiscentos e quarenta e três mil novecentos escudos. -----

----- Segundo - O contrato celebrado que lhes tinha chegado no início do mandato, previa que o segundo outorgante, em pareceria com José Saramago e com a Delegada

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Regional da Cultura, fizessem aquela comparticipação, uma vez que os mil e quinhentos tinham sido pacificamente aceites e postos à disposição pelo Coro Liturgico da Imaculada Conceição de Tentúgal. -----

----- Quando receberam o contrato-programa, tinham levantado algumas dúvidas sobre ele, e tinha dirigido um ofício, no dia vinte e três de Abril de dois mil e dois, à senhora Delegada Regional da Cultura, na altura, Dr.ª Ana Maria Pires, a solicitar a comparticipação prevista naquele contrato-programa, para desenvolverem todo aquele processo, uma vez que o restauro do órgão já tinha sido orçamentado. -----

----- Tinha ficado espantados, quando a senhora Delegada Regional da Cultura lhes tinha dito que, não tinha conhecimento nem do protocolo, nem da sua existência, e muito menos de que iria participar no arranjo do órgão. Apesar de ter estado com José Saramago e com o Executivo anterior, naquela visita, que tinha sido feita a Tentúgal, e onde José Saramago tinha disponibilizado cinco mil contos, para fazer a comparticipação do arranjo do órgão. Era evidente que, sendo cinco mil contos, da responsabilidade de José Saramago, o qual já tinha contactado por escrito, e que tinha ficado de entrar em contacto com a Câmara, em Junho ou Julho, embora ainda não o tivesse feito. Estavam em jogo três milhões seiscentos e quarenta e três mil e novecentos escudos, a senhora Delegada tinha-lhe dito, para que lhe fosse enviado o contrato-programa que o pudesse ler, e ver onde constava a participação da Delegação da Cultura, e simultaneamente que enviasse o ofício ao IPPAR, podendo ele, também colaborar naquele arranjo. Não tinha ainda resposta da senhora Delegada Regional da Cultura, mas esta tinha-lhe dito que, fruto do protocolo e de tudo o que tinha visto, comparticiparia em dois mil e quinhentos euros. ----

----- Terceiro - Em relação à resposta do IPPAR, este esclarecia que o órgão não se encontrava ainda classificado, nem em vias de classificação. Posteriormente, oficiou novamente o IPPAR, dizendo que não pretendia saber se o órgão estava classificado, mas sim se havia ou não apoio para a reparação do órgão. Ainda não tinha tido resposta. -----

----- Tinha recebido também uma notificação por parte do restaurador, que tinha chegado no dia dez de Julho, dizendo que, estava em causa o incumprimento do contrato. Todos os esforços tinham sido feitos. Estava já em contacto com o restaurador, pois não pretendiam que o processo estivesse parado. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo ter ficado esclarecido, em relação ao assunto do órgão. O que sabia, era que o senhor tinha suspendido aquele trabalho, para pegar noutro trabalho, só o retomando quando o terminar. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Em relação à Coup, tinha ficado contente com o Boletim numero três, salvo a mudança de nomes e acrescento de alguns aspectos de caracter técnico, era exactamente igual ao numero dois, o que validava o trabalho feito.-----

----- Havia questões em que tinha sérias dúvidas, e gostava que fossem esclarecidas, no tocante às estruturas e equipamento de apoio, não sabia se estavam acauteladas. Por aquilo que sabia, não estavam acautelados os refeitórios, salas de convívio, palcos, camarins, pódios e painel de resultados. Parecia-lhe, que ao fazerem aquele boletim, tinham-no feito tal qual estava, e julgava que, naquele momento, havia algumas alterações àquele nível.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo que, era evidente que grosso modo, as estruturas de apoio, as bancadas e, isso tinha sido falado, estariam presentes também. O equipamento, nomeadamente no que tocava a um espaço próprio, para o secretariado, para a comunicação social, para serviços de apoio, até ao próprio voluntariado, ia estar presente. Não teriam, certamente, e pensava que tinha ficado omissa, a ideia de que a estrutura física será aquela que estava no projecto da própria pista e do próprio complexo, que era o Centro Náutico.-----

----- Tentarão garantir o mínimo de condições, no que tocava ao que estava escrito, e naturalmente, terão tendas e contentores específicos, por exemplo, para a comunicação social, um para o secretariado, um para a FISA. A estrutura de equipamento para refeitório, embora houvesse uma pequena nuance, um transfere entre a pista, o pavilhão e a Escola EB Jorge de Montemor, acordado previamente com a Federação Portuguesa de Remo, iria permitir aos atletas que tivessem refeições em espaço físico adequado. -----

----- Quanto à semelhança do Boletim, era evidente, porque se tinha sido feito o boletim numero um e dois, aquele seria o boletim numero três. Tinha a certeza absoluta, e falava em nome das pessoas que estavam a colaborar com ele na Comissão Executiva, de ter a garantia de que os aspectos técnicos salvaguardados no boletim numero três, correspondiam exactamente àquilo se exigia. Pareceu-lhe que, no essencial que as deveriam manter, nomeadamente a questão das acessibilidades, textos e organização.-----

----- Com as limitações e com os recursos que existem, pretendiam fazer uma boa prestação de serviços. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, as refeições serão fornecidas pela Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo que, a Federação de Remo, provavelmente contra a vontade do executivo, chamou a si três aspectos fulcrais da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

prova: alimentação, alojamento e transportes, alegando que não podendo esperar mais, em relação à transição do quadro político, e ao trabalho executado pela anterior Comissão Executiva. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----E sendo treze horas e vinte minutas, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às quinze horas.-----

-----**GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JURÍDICO** -----

-----**1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

-----**1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

-----**1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.**-----

-----**1 –SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DA CÂMARA** ----

-----**MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- O Vereador Pedro Machado informou que, gostaria de fazer duas notas prévias. A primeira, era que aquela solução de alguma forma poderia estar comprometida pela pressão que estavam a sentir por parte dos trabalhadores, para o facto de em tempo útil poderem arranjar uma solução moralmente exequível o que de alguma forma estava a ser comprometido, pela pressão do tempo. -----

----- A segunda nota era a resistência que estava a haver por parte dos trabalhares e da Direcção dos Serviços Sociais, no tocante a arranjamem uma solução, pelo menos alternativa, em relação ao passado. Instalou-se, por força de Lei, com a constituição dos Serviços Sociais, nos termos e nos estatutos que tinham sido publicados, no Diário da Republica e que, de alguma forma, tinha legitimado que houvesse aquela contrapartida. Por outro lado, as coisas tinham-se vindo a arrastar ao longo dos anos, e qualquer alternativa ou situação nova, gerava sempre constrangimentos. -----

----- Pensava que o senhor Presidente da Câmara na última reunião, ao agendar este assunto para ser discutido nesta reunião, era no sentido da Câmara tomar uma posição, que de alguma forma tinha sido salvaguardado com um parecer do sindico, no tocante àquilo que lhes parecia ser a metodologia e o caminho a atravessar. -----

----- A proposta que traziam ao executivo prendia-se, sobretudo, com o seguimento daquele parecer e com a tomada de posição no imediato, para que tivesse reflexos no médio prazo e no longo prazo. -----

----- Colocava à consideração do executivo, uma informação dos serviços a qual passava a ler: -----

----- "Tomando em consideração que a definição de novas regras, no financiamento das despesas com a assistência prestada pela Caixa dos trabalhadores da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

de Montemor-o-Velho, irá trazer no imediato graves dificuldades orçamentais e assim prejudicar o seu normal funcionamento, sugiro que sejam tomadas as seguintes medidas: ---

----- a) Proceder à transferência de Subsídio, tendo por base, o referencial da despesa suportada pelos Serviços Sociais no ano económico de dois mil e um até ao valor de cento e trinta e dois mil seiscentos e quarenta euros e vinte e sete cêntimos, conforme informação dos Serviços Sociais, que consta como documento anexo à presente acta sob o numero um. ---

----- b) Advertir e sensibilizar a actual direcção dos Serviços Socais, para a necessidade de implementar reformas urgentes, no sistema, por forma a torná-lo mais flexível. Consequentemente,-----

----- c) Informar que o Município não continuará a ser o seu único financiador e que, caso as reformas não sejam aplicadas, a transferência do subsídio será reequacionada para níveis inferiores aos actualmente existentes e praticados". -----

----- Era uma proposta e uma medida para solver, naquele momento, a questão, que se prendia com meados de um mandato. No entendimento quer do interesse do actual executivo, quer também, salvaguardando questões que se prendiam com os próprios trabalhadores e a situação económica de alguns deles, e atendendo ao facto de que aquela era uma medida, para além de "curativa", também deveria ser uma medida pedagógica. -----

----- Assim, propunha ao executivo que fosse feita, por um lado, uma transferência no valor equivalente, por outro lado, implementar aquelas duas medidas que o processo de negociação e de sensibilização pudesse ser feita a partir daquele momento, e que o seja também o terminus daquele processo. -----

----- Teriam que ter em consideração a questão do balizamento em relação ao apoio económico, iniciar aquela negociação no sentido de advertir e sensibilizar a actual direcção, para a reforma urgente do sistema e, por ultimo, informar desde já que o município não ficará mais disponível para alimentar aquela situação tal como ela se tinha mantido até agora. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo, perguntando se aquela era uma proposta do executivo ou da dita comissão que tinha feito o trabalho e que tinha apresentado ao executivo. -----

----- O Vereador Pedro Machado respondeu que aquela era uma proposta do executivo, depois de ouvidas as partes nomeadamente o sindico, contando com aquelas duas auscultações, por um lado a sensibilidade das partes, por outro o parecer do sindico.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, para ele, a transferência de verbas não era o mais importante, mas sim para quem estava na expectativa na própria associação. A Câmara não assumirá em dois mil e dois compromissos superiores aos que tinha assumido em dois mil e um, e deixava claramente expresso que a associação dos funcionários, terá que apresentar propostas até ao final do ano, para reformular o sistema em vigor. Pensava tratar-se de um avanço. Contudo, parecia-lhe que na prática iriam prolongar por dois mil e dois, o sistema que vinha a funcionar anteriormente. Não haviam propostas complementares e só porque a associação dos trabalhadores achava que não devia haver médico de trabalho, a Câmara deixava cair aquela possibilidade -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, a Câmara não deixava cair aquela possibilidade, pois queria fazer um processo de negociação sem aquela pressão de estarem todos os dias a dizerem que não tinham sido pagas as despesas médicas. -----

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro dizendo que achava tratar-se de uma tentativa possível por parte da Câmara, contudo, do seu ponto de vista, irá abster-se naquele processo, num sentido de expectativa, porque considerava que não estavam desde já garantidas inovações em relação ao processo que permitissem repor alguma justiça e alguma transparência. Gostaria que a Câmara pudesse criar alguns mecanismos de controle e fiscalização, de uma verba elevada, que passava a transferir mensalmente, pois quem pagava tinha direito a aceder a informação mais pormenorizada. Achava que, com aquela proposta, aquele direito não ficava garantido. Esperava que se pudesse chegar a um outro tipo de entendimento que fosse ainda mais justo para a população em geral. - -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, depois da explicação dada pelo Vereador Pedro Machado, da proposta que tinha sido feita, pensava que o assunto se tinha deixado arrastar desde que tinha sido levantado pela primeira vez, porque tinha havido uma série de envolvências que não tinham deixado tornar possível a clarificação de outras coisas. Pensava que, de algum modo, poderia haver interesse para que as coisas se protelassem daquela forma, e não o iria permitir. Não ia votar contra aquela proposta, ia votar favoravelmente, mas iria fazer uma declaração. Aceitava aquela proposta, para que fosse levado a cabo e, que fosse previamente discutida, para que fosse posta em pé de igualdade a justiça aqui na Câmara Municipal, em relação aos funcionários, no que concerne, nomeadamente, ao equilíbrio de toda a população do concelho para o ano de dois mil e três. Reconhecia que depois da demora que o processo tinha tido, era de algum modo muito complicado deixar-se estar as coisas como estavam, e partindo do pressuposto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

e de uma conversa que já tinha tido no executivo, deveriam de algum modo sustentar e criar o equilíbrio do montante que era correspondente ao ano de dois mil e um e dois mil e dois. ---

----- Gostaria de salvaguardar de que, não poderiam correr o risco de, quando chegassem ao final do ano ou, ao início de dois mil e três, que aparecessem verbas suplementares, baseadas ou sustentadas em qualquer outra situação, Aí deverão estar muito atentos, pois pessoalmente, pensava que a partir de dois mil e três, aquele processo tinha que ser desenvolvido tal e qual como estava sustentado nos próprios estatutos da associação.-----

----- Pensava que, logo no início de dois mil e três, o senhor Vereador Pedro Machado e a Directora de Departamento, começassem a trabalhar afincadamente, naquela questão, porque a partir daí terá posições totalmente diferentes. Julgava que deveria ser assim, pois não queria ser cúmplice no futuro, de uma medida perfeitamente injusta em relação à restante população do concelho, que tinham outro tipo de assistência.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalheite dizendo que, aquela era uma matéria um pouco complicada, mas na sua opinião, e por uma questão de coerência, tinham levantado aquela questão, e agora não seria muito lógico votarem a favor, quando afinal continuava tudo na mesma. De certa maneira, a proposta apresentada pelo executivo tinha uma pedagogia em termos de futuro. A sua abstenção não iria inviabilizar a passagem da proposta do executivo.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo haver uma ou duas questões que eram pertinentes. Por um lado, e tinha ficado bem explícito no parecer que tinha sido lido na ultima reunião, não havia uma situação de ilegalidade, e aí estavam salvaguardados em relação à legalidade do acto. Por outro lado, o que tinham ali chamava-se moralização do sistema. Sabia que tinham passado dois meses, que parecia muito tempo mas que na realidade não o era. Quando se pedia um parecer ao síndico, quando se faziam algumas reuniões com os trabalhadores, e se estava sob pressão, porque se tinha que levar o assunto à próxima reunião, era evidente que o tempo nem sempre era bom conselheiro. Discordava quando diziam que ficava tudo na mesma, pois a questão ficava balizada, tendo como referencial o ano económico de dois mil e um, e com a certeza de que o município informará que não irá continuar a ser o seu único financiador, e isso estava bem explícito. O que a Câmara pedia, de alguma forma, era que a cumplicidade, no bom sentido, na tentativa de darem um passo em frente, passo que era

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

dado com a consciência que, tinham balizado, por um lado, a questão e havia uma aviso explícito à navegação, de que, as coisas irão ter novas regras.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, votava favoravelmente, atendendo ao facto do que estava explícito naqueles três pontos.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que tal como o Vereador António Ramalheite tinha referido, os pressupostos que os levaram a colocar aquela questão e a debatê-la, não só a oposição, mas todo o executivo, uma vez que tinha sido o Presidente da Câmara o primeiro a levantá-la. Acompanharam a questão introduzindo outros itens, e pessoalmente tinha-o feito convicto.-----

----- Gostava que ficasse claro, que o seu voto de abstenção, não era um voto de cobardia. Ficava à espera de que o que tinha sido apresentado, tivesse efectivamente consequências. Como disseram e mantinham, e porque não precisava de se desculpar de ninguém, não estava contra os trabalhadores da Câmara Municipal, que eram pessoas que conhecia e com quem se relacionava muito, mas isso não queria dizer que aquele apreço que poderia ter por elas, lhes confira direitos extraordinários, relativamente ao comum dos mortais e ao comum dos munícipes. Se as pessoas entenderem isso como uma questão pessoal de incompatibilidade ou de litígio, ele não o entendia assim. O que continuava a pensar era que, no momento, em que por parte da Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal, deveria existir uma manifestação de boa vontade, e de cooperação, para a resolução daquele problema, que passará pelo desenvolvimento de outras actividades, pela moralização do processo.-----

----- Por exemplo, os filhos dos funcionários da Câmara se não fizerem o esforço de irem para o ensino público, e se maticularem no ensino privado, eles estavam em igualdade de circunstâncias com os outros, pois o tipo de apoio era sempre o mesmo. Naquela lógica, os filhos dos funcionários, também poderiam concorrer às bolsas de estudo. Era uma questão de princípio. Os seus filhos andavam nos infantários e pagava tudo, pois ninguém pagava nada por ele. Qual era a diferença entre um funcionário de A e um funcionário de B? Gostaria que ficasse claro, que a sua posição não tinha a ver com pressões e o sentido da sua abstenção, naquele caso, era de valorizar o trabalho que tinha sido feito pelo Vereador Pedro Machado e por toda a equipa encarregue e indigitada para apresentar um parecer sobre o assunto, valorizá-lo, respeitá-lo e dar o benefício da duvida, no sentido de que, até ao final deste ano, fossem introduzidas outras regras.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor do Presidente da Câmara, Vereador Pedro Machado, Abel Girão, José Marque e Emídio

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

Fidalgo e duas abstenções dos Vereadores Victor Camarneiro e António Ramalhete, aprovar a proposta apresentada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --
----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA-----
----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre quatro a dezassete de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE -----
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia quatro e o dia dezoito de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia dezoito de Junho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de novecentos e quarenta e dois mil oitocentos e um euros e trinta e cinco centimos e em Operações de Tesouraria cento e noventa mil setecentos e cinquenta e sete euros e oitenta e um centimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3- PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento de Administração Geral, a dar conhecimento que o adquirente da loja dezasseis do Novo Mercado, Augusto Gomes Dias, solicitou a cessão da posição contratual da sua loja em nome de Sandra Elisabete Oliveira Brás. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Assim, e tendo em atenção a informação já prestada para casos análogos, não havia qualquer inconveniente em satisfazer o pedido.-----

----- A Câmara face à informação dos serviços, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir a pretensão do requerente, autorizando a cessão da posição contratual da loja número dezasseis do Novo Mercado, em nome de Sandra Elisabete Oliveira Brás.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 4- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ----- ----- ESCUTEIROS DA CARAPINHEIRA-----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio ao Agrupamento de Escuteiros da Carapinheira, no valor de quinhentos e cinquenta euros.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no valor de quinhentos e cinquenta euros, ao Agrupamento de Escuteiros da Carapinheira.-----

----- 5- PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE TENTÚGAL - ----- PARA EXECUÇÃO DO ARRANJO DO PARQUE DA FEIRA DE ----- ----- TENTÚGAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, a dar conhecimento que o protocolo supra já não se encontra válido desde trinta e um de Dezembro de dois mil e um, tendo esta Câmara Municipal, efectuado apenas, o pagamento da primeira tranche, no montante de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros e noventa e sete cêntimos correspondente a vinte por cento do valor total do protocolo, conforme previsto no ponto um e dois, estando em dívida ainda, os restantes oitenta por cento, que se dividem em duas tranches, documento anexo à presente acta sob o número quatro.-----

----- Para se proceder ao pagamento da segunda e terceira tranches, torna-se necessário proceder à prorrogação do prazo do respectivo protocolo, e que a Junta de Freguesia apresente documentos de despesa e/ou declaração sob compromisso de honra confirmando a execução dos trabalhos, podendo ainda, a DOSU informar se as referidas obras foram concluídas nas devidas condições.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade prorrogar o prazo do protocolo supra por mais noventa dias.-----

----- Mais deliberou por unanimidade que a Junta de Freguesia apresente documentos de despesa e/ou declaração sob compromisso de honra confirmando a execução dos trabalhos.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 6- ALTERAÇÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Foi presente a primeira proposta de alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de um milhão duzentos e trinta e dois mil euros (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7- ALTERAÇÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO** -----

----- Foi presente a primeira proposta de Alteração ao Orçamento, no valor de oitocentos e sessenta e três mil euros (documento anexo à presente acta sob o seis). -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação às alterações ao orçamento, elas eram normais. Havia Câmaras Municipais que, em todas as reuniões faziam alterações ao orçamento, era uma estratégia e por isso não punha em causa. O que punha em causa, e continuava a apelar, era que aqueles documentos lhes fossem previamente entregues, porque eram confrontados com a tomada de posições e decisões, e não tinham tempo de consultar politicamente os seus pares. -----

----- Já lhes tinha acontecido na votação de um empréstimo, em que, numa reunião de Câmara lhe tinha sido dado uma explicação e depois na reunião da Assembleia Municipal tinha sido dada outra. Colocava-os numa posição complicada, porque quando faziam as reuniões preparatórias, passavam uma informação, que depois na prática, se vinha a verificar que não correspondia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre três e dezassete de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- MUDANÇA DO DIA DA FEIRA QUINZENAL (04/09/2002** ----

----- **PARA 11/09/2002)** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, com a realização da Feira Anual no dia oito de Setembro, e com todas as iniciativas que irão decorrer, não lhe parecia muito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

adequado, para uma melhor rentabilização, quer do espaço, quer da colocação dos feirantes, que se fizesse a feira quinzenal no dia quatro de Setembro. -----

----- Assim, propunha que fosse alterada a feira quinzenal, do dia quatro de Setembro para o dia onze do mesmo mês.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 3- CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA A TENTÚGAL E - -----PÓVOA DE SANTA CRISTINA -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um parecer do Sindico, sobre o fornecimento de água a Tentúgal e Póvoa de Santa Cristina (documento anexo à presente acta sob o numero oito).-----

----- Disse ainda que propunha que fosse tomada uma deliberação, no sentido de que concretamente, e de acordo com a informação em anexo, o ponto seis um, do Regulamento de Abastecimento de Água ao Município de Montemor, que estava em vigor pelo Edital numero onze, de dois mil e dois, fosse dispensado aos moradores que já que tinham ligação à água fornecida pela Junta de Freguesia de Tentúgal, ficando apenas a expensas dos respectivos munícipes, que iam transferir a ligação existente, para a ligação da Câmara, apenas o Imposto de Selo, o IVA e a ligação do contador, o que dava um total de trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos. -----

----- Mais disse que, ao mesmo tempo, será ressarcida a importância de todos aqueles que já tinham feito, por outra via, o pagamento anterior, e para a qual solicitava aos serviços, que fosse providenciada, depois da entrega da listagem por parte do Presidente da Junta de Freguesia, de todos os que se encontravam naquela circunstância, para que fosse compatibilizado no retorno do reembolso, a que tinham direito.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que queria dar os parabéns ao executivo, por ter sido encontrada uma solução legal e justa, para a resolução do problema, sem penalizar a população.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre cinco e dezoito de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número nove).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2- COMISSÃO DE VISTORIAS** -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento de Administração Geral, dando conhecimento que, face à nova legislação sobre o regime jurídico da urbanização e da edificação, numero dois do artigo sessenta e cinco, do Decreto-Lei numero cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, e ainda à legislação específica sobre regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos (numero dois do artigo vinte e seis, do Decreto-Lei numero cinquenta e cinco barra dois mil e dois, de onze de Março), regime jurídico da instalação do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural (numero dois do artigo trinta, do Decreto-Lei numero cinquenta e quatro barra dois mil e dois, de onze de Março), regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas (numero dois do artigo doze, do Decreto-Lei numero cinquenta e sete barra dois mil e dois, de onze de Março), e ainda a legislação sobre estabelecimentos comerciais (numero dois do artigo treze, do Decreto-Lei numero trezentos e setenta barra noventa e nove de dezoito de Setembro), a comissão de vistorias, deverá ser constituída por três técnicos, a designar pela Câmara Municipal, dos quais, pelo menos dois devem ter formação e habilitação legal para assinar projectos correspondentes à obra objecto de vistoria, para além de outras entidades, tais como, Delegado Concelhio de Saúde, representante dos Serviço Nacional de Bombeiros, representante do Órgão Regional ou Local de Turismo, representante da Associação Patronal, representante da Confederação de Turismo Português, e um representante da Federação Portuguesa de Campismo, conforme o objecto da vistoria. -----

----- Como a comissão de vistoria que está presentemente a efectuar vistorias é constituída por:-----

----- - Arquitecto Francisco António Rodrigues Nolasco; -----

----- - Arquitecto José António da Costa Pinheiro; -----

----- - Engenheiro António Alberto Nunes dos Santos Sobral; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- - Fiscal Belmiro da Silva Nobre; -----
 ----- - Fiscal António Manuel Rama Monteiro, -----
 ----- e a última deliberação de Câmara sobre este assunto, data de vinte e quatro de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, alterada por deliberação de vinte e seis de Dezembro de dois mil e um (ainda não cumprida), e já desactualizada, face à nova legislação. -----

----- Deverá ser constituída uma comissão de vistoria composta por três técnicos, em que pelo menos dois devem ter formação e habilitação legal para assinar projectos correspondentes à obra objecto de vistoria, de acordo com a lei já referida, acrescida de mais dois elementos, para suprir situações de faltas ou impedimentos. -----

----- Assim, sugiro a seguinte constituição da comissão de vistorias:-----

----- - Arquitecto Francisco António Rodrigues Nolasco; -----

----- - Arquitecto José António da Costa Pinheiro; -----

----- - Engenheiro António Alberto Nunes dos Santos Sobral; -----

----- - Arquitecto Luís Miguel Freitas Figueira Silva; -----

----- - Engenheira Isabel Jesus Maurício Quinteiro;-----

----- - Fiscal António Manuel dos Santos Girão; -----

----- - Fiscal António Jorge Barriga;-----

----- - Fiscal António Marques Valente;-----

----- - Fiscal António Manuel Rama Monteiro; -----

----- - Fiscal Belmiro da Silva Nobre -----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação prestada, deliberou por unanimidade, aprovar a Comissão de Vistorias, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **3- ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DA CARTOGRAFIA E** -----

----- **LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO CONCELHIO** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, o Concelho de Montemor, mais concretamente este município, naquele momento não tinha cartografia actualizada e adequada para que se pudesse proceder a uma série de planeamento e investimento urbanístico, e à revisão do Plano de Director Municipal, com uma "ferramenta" que era considerada imprescindível, necessária e que estivesse actualizada e modernizada, sobretudo em termos de utilidade e de utilização pelos serviços. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Dentro daquele âmbito, e para que se desvançam quaisquer pretensas circunstâncias de que o PDM estava parado, o que não era o caso, era prioridade numero um, fornecer ao município aquilo que nunca tinha existido dentro da Câmara e que se tinha prometido "mundos e fundos". Tratava-se de ter uma cartografia digitalizada, contemporizada, idónea, para poder permitir aquilo que se pretendia como uma revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Tinham começado por fazer o que o município já deveria ter feito à doze anos. Lançar, para já, uma assistência técnica, que pudesse permitir fazer, aquele lançamento da obtenção da cartografia do Concelho. -----

----- Numa primeira fase, e tinham já pouco tempo para o fazer, dadas as condições climatéricas do Verão, era necessário fazer um levantamento aéreofotogramético de todo o concelho, que permitisse definitivamente ter, a uma escala que já tinha sido discutida entre os serviços técnicos, numa primeira fase de um para cinco mil, o levantamento total do concelho. Dentro daquele âmbito, tinha solicitado através do Gabinete de Planeamento Integrado, um contacto com a UNAVE, que era uma entidade que dependia da Universidade de Aveiro e que, dentro do sistema de cartografia e digitalização, eram os que estavam mais modernizados. -----

----- Tinha solicitado que lhe fosse fornecido uma informação sobre uma proposta de assistência técnica na área da cartografia (documento anexo à presente acta sobre o numero dez). -----

----- O que apresentava ao executivo, era duas situações muito claras: -----

----- Primeira - Uma proposta para que a UNAVE fosse aceite, como a entidade a quem iriam recorrer para a assistência técnica, dentro daquela área. -----

----- Segunda - Que fosse lançado um concurso para a obtenção, preparação e fiscalização do concurso de um voo, para que pudesse, durante os próximos dias, ser efectuado, para a leitura aéreofotogramétrica do concelho. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que aquilo tudo se inseria num plano de modernização dos instrumentos de gestão municipal, que depois teriam consequência na modernização dos próprios serviços. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que não pretendia deixar passar mais um verão sem ficarem com a matéria prima. A partir daí poder-se discutir, de um forma mais científica e fundamentada e pelo sistema que se viesse a optar, terem a garantia de uma homologação e certificação, que não ponha em causa aqueles investimentos sejam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

depois preteridos a favor de qualquer modo ou novidade, que venha depois prejudicar aquela matéria.

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que gostaria de lembrar que a Escola Profissional de Montemor foi pioneira a nível nacional, nos cursos de Sistema de Informação Geográfica, e que poderia ser feita uma parceria naquele sentido. Toda a gente sabia que os cursos de sistema de Informação Geográfica eram apenas moletas para o planeamento, tal e qual como o serviço de cartografia. Havia vários patamares, dos que gerem e tomam decisões, havia patamares dos que tinham funções técnicas e mais importantes, e havia patamares também ao nível do que se fazia em Montemor e na Escola Profissional, e por isso pensava que não se devia deixar a escola profissional de fora. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que gostava de chamar a atenção para o seguinte: -----

----- Primeiro - Naquele momento, tinham já o espaço físico tratado, faltando apenas levar as calhas da informática. A equipa já tinha de momento, autorização para adquirir o material para aquela área. Já tinha sido discutido a constituição da equipa. Iria ser ali constituída a coluna vertebral do gabinete de apoio técnico às autarquias locais e ao associativismo, e já no seu mandato tinha ido buscar uma pessoa da Escola Profissional, que se encontrava aqui a trabalhar. -----

----- Por outro lado, dentro de um mercado de oferta regional, estava a tentar sacar um conjunto de valências técnicas e profissionais, que pudessem vir a incorporar, nos quadros da autarquia, a breve trecho, dentro das áreas que naquele momento se estava a apostar fortemente (áreas urbanísticas, planeamento). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

----- Primeiro - Requerer a assistência técnica na área da cartografia apresentada pela UNAVE, e numa primeira fase adjudicar a preparação e análise do concurso do voo e a fiscalização do voo, no montante de três mil euros, acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Segundo - Que o voo fosse desde já efectuado, através de um concurso por ajuste directo. -----

----- Terceiro - Face ao resultado do voo, em relação à preparação e análise do concurso de cartografia, e à fiscalização da cartografia, no valor de trinta mil euros, aquele assunto ficará para uma segunda fase, e será estudado posteriormente.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 4- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- **EDIFICIO DESTINADO A PADARIA - INDUSTRIA CLASSE D, ----**
 ----- **NUM PRÉDIO SITO NA RUA DO RIBEIRO, FREGUESIA DE -----**
 ----- **TENTÚGAL, REQUERIDO POR ANTÓNIO GASPAR BAIARRADA - -**
 ----- **PROCESSO 7/02 -----**

----- Foi presente o pedido de informação prévia acima mencionado, o qual visa saber da possibilidade do requerente, na qualidade de proprietário do prédio urbano sito em Tentúgal, inscrito na matriz sob o artigo numero seiscentos e sessenta e quatro, e descrito na Conservatória do registo Predial de Montemor-o-Velho sob o numero três mil cento e oitenta, poder construir um edificio destinado a padaria - industria da classe D. -----

----- Da análise efectuada ao pedido no âmbito do numero um do artigo catorze do decreto-lei numero quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei numero cento e setenta e sete, de quatro de Junho, os serviços foram de opinião que a Câmara Municipal podia emitir parecer favorável tanto às aprovação da localização da industria classe D, como ao pedido de informação prévia para edificio para aquele fim, com as condicionantes apontadas, conforme informação/parecer numero duzentos e seis barra zero dois, que consta como documento anexo numero onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e face à informação/parecer dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia para construção de edificio destinado a padaria - Industria Classe D, requerido por António Gaspar Bairrada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----**

----- **3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

----- **1- CENTRO HISTÓRICO DE TENTÚGAL RECUPERAÇÃO DO -----** ----- **LARGO DA CHIEIRA E RELVEIRO – MULTA AO EMPREITEIRO---**

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e cinco de Julho de dois mil e um, foi presente uma informação dos Serviços acompanhada do cálculo das multas a aplicar ao empreiteiro e respectivo auto. (documentos anexos à presente acta sob o número doze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o empreiteiro seja notificado, para no prazo de oito dias, deduzir a sua defesa ou impugnação, de acordo com o preceituado no numero cinco do artigo duzentos e um do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

-----2 - PARQUE DE MÁQUINAS - CONSTRUÇÃO (1.ª FASE) – ACTA- DE ABERTURA DAS PROPOSTAS-----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número treze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----3 – PARQUE DE MÁQUINAS – CONSTRUÇÃO (1.ª FASE) – ----- -----ALTERAÇÃO DA COMISSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – - -----RATIFICAÇÃO-----

----- O Presidente da Câmara informou que no dia onze de Julho do corrente ano decorreu o acto de abertura das propostas ao concurso em epígrafe. Uma vez que a Engenheira Maria Edite Rasteiro e Silva pertencia à Comissão de Abertura e à data não se encontrava ao serviço, nomeou como substituto o Sr. António Manuel Maurício Quinteiro, pelo que propunha a ratificação do acto.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o acto do Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS- -----MUNICIPAIS (FREGUESIA DE ARAZEDE) – ACTA DA ABERTURA -----DAS PROPOSTAS-----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----5 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS -----MUNICIPAIS (FREGUESIA DE ARAZEDE) – ALTERAÇÃO DA ----- -----COMISSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - RATIFICAÇÃO -

----- O Presidente da Câmara informou que no dia doze de Julho do corrente ano decorreu o acto de abertura das propostas ao concurso em epígrafe. Uma vez que a Engenheira Maria Edite Rasteiro e Silva pertencia à Comissão de Abertura e à data não se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

encontrava ao serviço, nomeou como substituto o Sr. António Manuel Maurício Quinteiro, pelo que propunha a ratificação do acto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o acto do Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6 – C.M. ENTRE CASAIS VELHOS E ENTRE VALAS – PROJECTO, -**
----- **PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS –** -----
----- **ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo ser oportuno pensar-se na abertura da rua dos Murtórios, a qual tinha sido ocupada indevidamente. Aquela rua entroncava no caminho municipal entre Casais Velhos e Entre Valas. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, aquela obra já estava com um valor mais elevado do que se previa, pelo que não era oportuno fazer agora aquela intervenção. -----

----- Interveio o Vereador José Marques dizendo que, a questão levantada pelo Vereador António Ramalhete era pertinente, mas era uma situação que carecia de algum cuidado, era uma zona conflituosa. Na altura, a questão tinha sido equacionada à Câmara, mas ninguém tinha resolvido nada. Tanto esta como outras, eram questões a equacionar, mas como eram delicadas, tinham que ter algum cuidado. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo ser uma conquista fabulosa se se conseguisse fazer a ligação, aproveitando a conjuntura de algum litígio que existia, nomeadamente, em termos de escrituras, de se aproveitar a ligação entre a Igreja Matriz e o largo da Feira de Pereira. -----

----- Retomou a palavra o Vereador José Marques dizendo que, uma vez terem falado na estrada, e como o Vereador António Ramalhete estava de acordo com a abertura da estrada, poderiam equacionar e poderá ser parte da solução para aquele conflito, que tenham em relação aos terrenos sobranceiros da Zona Histórica, que se possa entrar em negociações com os proprietários daquele terreno, no sentido de disponibilizarem, na parte traseira, que fazia confluência com aquela estrada que saía da Igreja Matriz. Era a altura ideal para poderem juntar o útil ao agradável, e retirarem do terreno a parte que faltava. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges, Engenheiro T. Civil – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Téc. Prof. Esp. Princ. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----
 ----- **POVOAÇÕES (CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DA MADALENA** -----
 ----- **– MONTEMOR-O-VELHO) – PROJECTO, PROGRAMA DE** -----
 ----- **CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS – ELEMENTOS PARA** ---
 ----- **APROVAÇÃO** -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, por ajuste directo nos termos da alínea d) do numero dois do artigo quarenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro – Engenheira Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “ Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges, Engenheiro T. Civil – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro – Engenheira Civil -----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Téc. Prof. Esp. Princ.-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **8 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----

----- **POVOAÇÕES – EX- E.N. 347 – TROÇO ENTRE A PONTE DAS** -----

----- **LAVANDEIRAS E A VILA DE MONTEMOR-O-VELHO –** -----

----- **INTEMPÉRIES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezassete.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a onze de Maio de dois mil e dois e término a trinta e um de Julho do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS -** -----

----- **MUNICIPAIS (DIVERSAS FREGUESIAS DO CONCELHO) –** -----

----- **INTEMPÉRIES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezoito.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a onze de Outubro de dois mil e um e término a trinta e um de Julho do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **10 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS (CAMINHO MUNICIPAL ENTRE CASAL DO RAPOSO E PORTO LUZIO) – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezanove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a nove de Setembro de dois mil e um e término a nove de Julho do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **11 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS: EM 592 – 2 ENTRE MONTEMOR-O-VELHO E GATÕES (POR MOINHO DA MATA) – INTEMPÉRIES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a vinte e seis de Dezembro de dois mil e um e término a trinta e um de Julho do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **12 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS POVOAÇÕES - EX - E.N. 347 - TROÇO ENTRE A PONTE DAS LAVANDEIRAS E A VILA DE MONTEMOR-O-VELHO - INTEMPÉRIES - TRABALHOS A MAIS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais/Imprevistos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e um. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Um – Aceitar o preço proposto pelo empreiteiro, no montante de seis mil quatrocentos e cinquenta euros. -----

----- Dois - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de seis mil quatrocentos e cinquenta euros, sem prazo adicional por não se justificar. -----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **13 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS** -----

----- **MUNICIPAIS: EM 592 - 2 ENTRE MONTEMOR-O-VELHO E** -----

----- **GATÕES (POR MOINHO DA MATA) - INTEMPÉRIES -** -----

----- **TRABALHOS A MAIS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais/Imprevistos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de dezasseis mil cento e noventa e nove euros e setenta cêntimos, sem prazo adicional por não se justificar. -

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **14 – CASAS PRÉ - FABRICADAS - (SANTO VARÃO E GATÕES) --** -----

----- **MUDANÇA DE LOCAL COM REINSTALAÇÃO - ACTA DE** -----

----- **ABERTURA DAS PROPOSTAS** -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número vinte e três. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 – EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS** -----

----- **ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE** -----

----- **PEREIRA DO CAMPO, TENTÚGAL E CARAPINHEIRA/MEÃS** -----

----- **ACTA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número vinte e quatro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS:-----

-----REDE DE DRENAGEM DA ZONA DESPORTIVA E DO MERCADO --

-----GROSSISTA DA CARAPINHEIRA – ACTA DE ABERTURA DAS -----

-----PROPOSTAS -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número vinte e cinco.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3 – REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA -----

----- FASE B (ETAR) – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO – PLANO DE-----

-----TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO-----

----- Foi presente o Programa de Trabalhos e Cronograma Financeiro em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e seis.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro.-----

----- 4 - REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA – ---

----- FASE B (ETAR) – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO – PLANO DE-----

----- SEGURANÇA E SAÚDE-----

----- Foi presente o Plano de Segurança e Saúde nos termos do Decreto-Lei numero cento e cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de um de Julho relativo à obra em epígrafe.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que em relação à rua da Madalena, existia uma curva muito apertada. Tinha sido uma luta do antigo Presidente da Junta de Freguesia. Pensava que poderia ser feita uma intervenção naquele local, por parte

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

da Câmara. Era uma questão de colocar aquela hipótese ao proprietário do muro ali existente, e poder-se fazer a estrada a direito. -----

----- Pensava que se de vez em quando, pudessem alargar novos caminhos, para conhecerem novas vias, não era só nos grandes centros urbanos, que se podia pensar em alargar estradas. Era bom que se lembrassem de caminhos daquele género. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano em epígrafe. -----

----- Dois – Nomear para coordenar em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra o Chefe de Divisão – Engenheiro Carlos Borges. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

-----1- INICIATIVA “NOITES DA PRAÇA”: APRESENTAÇÃO DE -----

----- PROGRAMA E ORÇAMENTO -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a iniciativa "Noites da Praça" tem como principal objectivo a elaboração de uma programação cultural devidamente adaptada às noites de verão, no Centro Histórico da Vila de Montemor-o-Velho, mais concretamente na Praça da Republica. A edição dois mil e dois da iniciativa acima referida, funcionará como um projecto piloto, no qual será explorada somente a vertente musical, prevendo-se que para a edição de dois mil e três, seja alargada a outras áreas, como por exemplo o teatro amador. -----

----- Por outro lado, com esta iniciativa, dá-se continuidade a uma política de desenvolvimento cultural e artístico, promovendo e valorizando as potencialidades endógenas e dinamizando cultural e turisticamente o concelho. Sendo assim, é apresentada uma proposta de programa e de orçamento para aprovação (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e sete).-----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, a questão da ressalva do espaço circulante, referia-se em concreto aos cafés da Praça, passava naquele momento por duas nuances. Por um lado, o horário de funcionamento, por outro, o próprio mobiliário urbano. Já tinha feito o contacto pessoal com os dois titulares e pensava ser necessário abordar igualmente os estabelecimentos congéneres, quer a pastelaria, quer os outros cafés, pois considerava que ninguém deveria ser excluído daquele processo. Aqueles dois cafés, tinham uma visibilidade maior, porque estavam dentro da própria praça. -----

----- Tiveram a preocupação de privilegiar os grupos existentes no concelho, no seguimento do programa eleitoral, depois destes meses de esforço no sentido do saneamento financeiro da própria Câmara Municipal e depois de algumas condições que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

se pautavam essenciais, para serem desenvolvidos aqueles compromissos, pensando que, neste momento, seria uma boa aposta. Será sobretudo nos fins de semana de Agosto, até ao penúltimo fim de semana, uma vez que o último será já contemplado com as festas concelhias.-----

----- Quanto ao orçamento, poderia o executivo ver, que o cachet era sobretudo simbólico, cobrindo algumas despesas mínimas, como a alimentação. -----

----- Quanto à divulgação, pensava que também era indispensável, pois corriam o risco de querer começar a animar a própria Praça e o Centro Histórico de Montemor e depois, as pessoas por desconhecimento de causa, não aderirem a esta iniciativa. Relativamente à divulgação e à publicidade, parecia-lhe que deviam de alguma forma fazer uma aposta através de flyer distribuído no concelho, para que as pessoas se comesçassem a habituar, de que a Praça da República era um destino apetecível, nesta fase, esperando poder vir a contemplar outros "Núcleos Urbanos" do Concelho.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara da Câmara dizendo que, a divulgação não poderia ser feita em cima do acontecimento, e tinha que ser lançada em Julho. Considerava que nove mil flyers não chegavam a todo o concelho, e deveriam mandar para os jornais, nomeadamente os mais lidos como o Diário de Coimbra e as Beiras, bem como os jornais locais alguma daquela informação.-----

----- A Câmara após estes esclarecimentos, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o programa e respectivo orçamento de: -----

----- Cachets - mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos; -----

----- Palco, som e luz: oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos; -----

----- Alimentação: mil quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos; -----

----- Material de Divulgação: Cartaz, Flyer, Folha de Sala: seiscentos e trinta euros e setenta cêntimos; -----

----- Publicidade: setecentos e quarenta e oito euros e dois cêntimos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2-FESTAS CONCELHIAS 2002: APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA** ----- **E ORÇAMENTO** -----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de que, o programa das festas concelhias (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e oito), era um processo moroso e passível de muitas ponderações. A proposta que trazia, diferia ligeiramente do programa provisório que tinha apresentado, na penúltima reunião de Câmara. Pensava que, no global, o programa, era substantivamente melhorado, e do seu ponto de vista

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

preenchia muitos dos objectivos que a Câmara Municipal deveria colocar nas Festas da Vila. ---

----- O ponto prévio tinha a ver, com a dinâmica da feira e da festa anual, por um lado, em contraposição com um binómio que teriam de acompanhar e que era a diminuição da receita que tem sido feita ao longo dos últimos anos, e naturalmente o correspondente aumento da despesa. Para ficarem com uma ideia, em relação ao terrado da própria feira municipal, em mil novecentos e noventa e oito, tiveram uma receita bruta de quatro mil setecentos e vinte e oito contos, em mil novecentos e noventa e nove, uma receita de quatro mil seiscentos e sessenta contos, em dois mil, quatro mil e cem contos, e em dois mil e um, uma receita de três mil novecentos e cinquenta e quatro contos. Tem havido uma descida paulatina, mas significativa, em relação às receitas dos últimos anos, no que tocava a receitas cobradas em relação ao terrado e não só, que lhe tinha merecido alguma atenção. -----

----- Em conjunto com os serviços, tinha descoberto dois ou três factores responsáveis, por aquela situação. O primeiro, dizia respeito ao facto de há dois ou três anos os expositores de tractores e automóveis, deixarem de expor na feira, alegando desgostarem completamente e não sentirem condições mínimas razoáveis, no tocante à situação do terrado que lhes era destinado. Daí a inversão que tinham falado na última reunião, em que tinha sido apresentado o programa provisório, no tocante à disposição da feira anual. Segundo, era alegado pelos feirantes, que viam diminuídas algumas das suas vendas, nomeadamente no ano anterior, se ter gerado grandes confusões devido ao trânsito local, feirantes, livres trânsito, fiscais, GNR, etc. Tinham acautelado desde já duas situações. A primeira, numa reunião prévia que tinham tido com os potenciais expositores, e podia naquele momento dizer ao executivo que tinham passado de um expositor de tractores no ano de dois mil e um, para catorze expositores de tractores e veículos automóveis. Esta evolução parecia-lhe bastante significativa, no que tocava à apetência de Montemor-o-Velho, para o futuro desenvolvimento da feira anual, uma vez que inverteram de alguma forma a disposição que estava a ser criada e que era discutível. Já tinham feito um balanço da própria disposição da feira, deixar de ser feita, pelo menos na sua fase inicial, à beira rio, para passar a ser feita no espaço nobre da vila, entre o mercado municipal e a cooperativa. -----

----- Em segundo lugar, o aumento da despesa tinha sido também significativo. Naquele momento, não tinha todos os dados para poder apresentar à Câmara, mas para ficarem com uma pequena ideia do que tem sido as Festas Concelhias nas suas rubricas principais,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

por um lado, festas concelhias dois mil e um, e as feiras das associações, os gastos ascenderam a cerca de cinquenta mil e quinhentos contos, sobretudo no que tocava às exposições, aos palcos, aos artistas, às gráficas, aos restaurantes, etc. , mais cerca de sete mil contos na feira das freguesias, o que totalizava cerca de sessenta mil contos. -----

----- A proposta que pretendia apresentar, era uma proposta não muito arrojada, porque pretendia fazer mais festas e melhores e com menos dinheiro. Iriam ver se seria possível, pelo menos o plano e a intenção que apresentava era claramente naquele sentido. -----

----- O programa apresentado, tinha sofrido algumas alterações que se prendiam com a implementação de uma corrida de touros à portuguesa, em que tinham sido apresentadas três propostas, que passaria sempre pela atribuição de uma verba mínima por parte da Câmara, para que a corrida pudesse ocorrer em Montemor-o-Velho, nos dias sete ou oito de Setembro. -----

----- Mais disse que, em relação à implementação da feira será feita em três palcos: o palco um, na Praça da Republica, o palco dois, da Feira das Freguesias, das Associações e do Festival de Gastronomia, junto ao Mercado Municipal e o palco três, junto às exposições.

----- Quanto ao Associativismo, tinham feito uma aposta clara nas filarmónicas, dando o toque a uma noite vocacionada para a apresentação de um espectáculo das nossas filarmónicas. A segunda nota, prendia-se com uma noite de gala das freguesias, para poderem dar de alguma forma, palco aos novos valores que iam aparecendo. -----

----- As festas concelhias tinham um orçamento previsto de duzentos e quarenta e nove mil duzentos e cinquenta e um euros , que era um valor que lhe parecia traduzir-se num decréscimo em relação ao orçamento do ano anterior. -----

----- Tratava-se de uma proposta de programa definitivo, mas que poderiam ser feitos ajustes, se a Câmara assim o entendesse. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo perguntando se não estava previsto no programa anterior um torneio de basquete. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, o torneio de basquete tem servido pura e simplesmente, algumas equipas que vinham fazer os seus estágios e os seus treinos. Não havia participação de assistência significativa, não tinha um efeito multiplicador para o próprio concelho, que julgava importante. Naquele sentido, tinha proposto ao técnico da área do desporto, que retirasse o torneio este ano, e que fizesse um desafio à Associação Fernão Mendes Pinto, na parte do basquetebol feminino, para que em Outubro ou Novembro, promovessem um torneio com a "prata da casa" e com equipas de fora, que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

servissem de lançamento da época que se avizinhava, e que pudesse mobilizar dentro de um contexto uma forma diferente. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo ter sido surpreendido como Presidente da Associação de basquete, e não como Vereador da Câmara, naquela questão. Tinham-lhe dito que vinha o Porto, o Ginásio, o Benfica e a Portugal Telecom e tinha perguntado se estava devidamente enquadrado com a Câmara Municipal, porque ele próprio tinha achado que seria um investimento muito grande para a Autarquia trazer aquelas equipas. Por outro lado, também não era no panorama desportivo das próprias equipas que estavam a preparar-se para as competições europeias a altura ideal. Naquele contexto, achava que, atendendo a que a Associação Fernão Mendes Pinto no concelho de Montemor, era o grande polo dinamizador do basquete, que se poderia fazer, na área feminina ou masculina, um evento para as camadas de formação, em que criassem uma envolvimento com as escolas. -----

----- Na sua perspectiva, gastar-se-ia menos e a Autarquia assumiria na altura a perspectiva de junto das escolas, trazer naqueles três dias os alunos para assistirem ao torneio e terem um enquadramento. -----

----- Era defensor de que deveria ser a Associação Fernão Mendes Pinto, a dinamizar o basquetebol, e que se pudesse no futuro, concorrerem a um ponto alto nacional na área da juventude, na área da formação, em que seria interessante a Associação de Basquete dar aquela dinâmica à Associação Fernão Mendes Pinto. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação à quadratura do círculo, pensava que o problema não eram os custos, mas sim o das receitas. Parecia-lhe também que umas festas concelhias deveriam ser dignificadas e era o momento em que deveriam oferecer aos munícipes e atrair pessoas a propósito daquelas festas, devendo esperar também que os munícipes, as organizações ofereçam ao município, a sua participação. Pessoalmente não concordava, e já tinha manifestado, que não se aproveitasse um espaço, e tinha dúvidas sobre a eficácia da divisão do centro da animação das festas. Contudo, no final das festas, estariam em condições de avaliar aquela situação, e depois se veria se tinha resultado, ou não. -----

----- Na sua opinião, a feira da gastronomia, das tasquinhas não iria resultar, pois vivia muito não só das dezanove e trinta às vinte e duas e trinta. No ano passado tinha-se notado, vivia até ao encerramento, e por isso não sabia o que iria ser prejudicado, se a dinâmica das tasquinha, se a dinâmica dos espectáculos. Se havia noites em que havia muito publico tradicional, mesmo não havendo publicidade, havia outras que não o havia,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

e por isso tinha as suas duvidas quanto à eficácia daquela divisão e quanto ao enquadramento dos espaços.-----

----- Mais disse considerar que a animação estava equilibrada, interessante, ficava muito contente que, para falar de educação tenham convidado um Ex - Ministro da Educação do Partido Socialista. Quanto à questão da tourada, gostava imenso de touradas, mas pensava sempre o mesmo, e se houvesse prejuízos, se na reunião a seguir às festas não teriam um pedido de apoio para cobrir os prejuízos da tourada. -----

----- Numa apreciação geral, do seu ponto de vista era positiva quanto ao programa das festas, e com certeza que votarão a favor, mas com um senão que era parecer-lhes que a feira e as festas, conviviam de forma diferente. Quem vinha para a feira, normalmente não estava preocupada com a animação do palco dois ou três. A animação vivia das pessoas que vinham para aquela animação e da conjugação dos atractivos. Estava perfeitamente convencido, e poder-se-ia enganar, que os resultados poderão ser relativamente inferiores ao passado, especialmente na feira das tasquinhas, com aquela desconcentração de animação entre um lado e outro. -----

----- Em termos gerais parecia-lhe terem um programa mais ou menos atractivo e se se criarem condições para alguns espectáculos, pelos menos na praça, julgava que poderia haver uma grande afluência de pessoas. Sugeria que, só nalguns espectáculos fossem colocadas cadeiras. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, em relação aos tractores e automóveis, estava muito em voga as feiras e as industrias naquela área. Era preciso ver que aquele aumento de expositores, não se devia somente ao trabalho de fundo do Vereador Pedro Machado, mas sim à cedência de um espaço sempre desejado por aqueles expositores. Só não tinha acontecido no ano passado, porque o anterior executivo pensava de maneira diferente, e considerava demasiado nobre para aquele tipo de exposição. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, a feira do cavalo se mantinha no mesmo sítio, e naquela fase era impensável tirá-la de lá. A praça de touros será montada num espaço contíguo. Toda a zona ribeirinha, a parte ligada à zona do rio, até à Ponte da Alagoa, dará segundo os seus cálculos, cerca de três mil lugares para viaturas ligeiras. Estavam a fazer uma negociação que seria depois estabelecida num acordo com a cooperativa, que de alguma forma tinha um espaço contíguo, e puseram a hipótese de colocarem naquele sítio algumas diversões. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação às festas, tinha algumas questões a salientar. Em primeiro lugar, teriam que ser muito rigorosos no controlo da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

despesa, porque era tudo muito bonito enquanto as pessoas estavam na festa, depois vinham os comentários de que se tinha gasto em demasia. Havia uma questão que já tinha sido abordada e queria que ficasse definitivamente assente, era que, em primeira instância sugeria que não houvesse receitas cobradas em nenhum daqueles espectáculos. Significava portanto, que as receitas iriam ser diminuídas, o que queria dizer que teriam que entrar num binómio quantidade - qualidade e reduzir a despesa para padrões que pudessem ser suportáveis, porque no ano passado, gastaram-se setenta mil contos, e fizeram-se cerca de quinze mil contos de receitas, o défice tinha sido o mesmo que estavam a assumir. -----

-----Em segundo lugar, naquele momento, sendo Montemor uma zona que tinha por excelência um sector primário na sua componente, este ano ir-se-ia verificar uma quebra numa das ofertas, que até àquele momento vinha a ser feita, e que era a feira do bovino dentro das festas. Mas ela era feita, assumida e negociada com os agentes que intervinham naquela matéria. Conforme tinha sido verificado, este ano iria haver um grande debate sobre agricultura, em que se pretendia ver se o próprio Ministro da Agricultura iria estar presente, e iria ter lugar na Vila de Montemor. Iriam debater questões que tinham a ver com o Baixo Mondego, questões do regadio, da agricultura e da comercialização dos produtos.

-----Em contrapartida, e com o repto que a própria Autarquia e que o Presidente da Câmara tinha feito às estruturas agrícolas do Concelho, e que tinha a anuência da Cooperativa Agrícola do Bebedouro, da Cooperativa Agrícola de Montemor e da Cooperativa Agrícola entre o Douro e o Mondego, tinha sido transferido para Arazede a grande mostra do bovino, deste ano, que irá decorrer no dia quinze de Agosto. Tinha ficado assente que passava a haver uma alternância anual de uma feira em Arazede, e de uma feira em Montemor, fazendo o inverso do que estava perspectivado para este ano. Assim, para o próximo ano previa-se um fórum em Arazede em Setembro, com um debate sobre a problemática leiteira, a questão agro-pecuária, e a questão que não tinham trazido ali, do tratamento dos afluentes agrícolas e do ambiente, que, naquela altura esperavam que estivessem muito mais avançadas. Será feita em Montemor a mostra bovina do Concelho.---

-----Em terceiro lugar, ao mudarem a sessão solene para a tarde, e sobretudo dar foco à celebração do município, com um contexto histórico e cultural forte, era intenção clara que naquele dia, para além da apresentação do foral, fosse salvaguardada, aquilo a que já se tinha comprometido, de ser considerado o dia em que ia ser feito o reconhecimento cultural às filarmónicas, do concelho de Montemor, e que terão nesse dia também um palco privilegiado para receberem a respectiva medalha de contributo cultural ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

município. Assim, solicitava ao Pelouro da Cultura que, procedesse às démarches necessárias, para que toda aquela tramitação estivesse salvaguardada naquela altura. -----

----- Havia também uma questão que era lógica, pois ao passarem uma sessão para as quatro ou cinco horas da tarde, com todos os cerimoniais que lhe estavam adjacentes, propunha que, fosse salvaguardado um jantar oficial, possivelmente na zona das tasquinhas, para poderem posteriormente assistir aos espectáculos que irão ser o epílogo das festas. -----

----- Considerava ser importante que fosse feito o reconhecimento de alguns cidadãos do Concelho, através da atribuição das medalhas de mérito, mas aquele era um assunto que deveria ser levado à próxima Reunião de Câmara. -----

----- Quanto às entidades oficiais que iriam convidar, pensava ser uma questão que urgia, porque não era em vésperas da festa que se iria formalizar o convite a esta ou àquela entidade. Achava concretamente que em relação ao primeiro dia da abertura informal da Feira das Associações, da Gastronomia, etc. Existiam membros do Governo, que eram do distrito de Coimbra, os quais têm vindo a demonstrar, no pouco tempo que têm de exercício, a sua afectividade pelo Concelho de Montemor e a sua disponibilidade para ajudar o Concelho. Achava ser importante que fossem chamados para virem às festividades, nomeadamente o senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Luis Pais de Sousa. Existiam elementos que em pareceria, com o que iria ocorrer no dia dois de Agosto, da "Coup de la Jeunesse", em que iriam estar presentes outras entidades ligadas ao sector do Turismo, ao sector do desporto, dar alguma diversidade. -----

----- Quanto ao dia oito de Setembro, e dado o valor que estava em causa, deveriam convidar a estar presente naquele dia, o Senhor Presidente da República ou o Senhor Primeiro Ministro. Pensava que, qualquer um deles, deveria galvanizar o dia em que iriam apresentar o foral de Montemor. Fazia muita questão naquela matéria, porque achava que do ponto de vista histórico, havia o retrato claro de que estavam a recordar a época áurea de Montemor. -----

----- Chamava a atenção que, pela primeira vez, embora fosse um factor de risco que terão que assumir, e nalgum daquele investimento total, irão pegar de "chave na mão" num conjunto de oferta de serviços, que irão adjudicar a determinadas entidades. -----

----- Gostaria de deixar presente que, em relação à área do desporto, e na intenção de se tentar negociar o meeting, na área fluvial de remo ou de canoagem. Não deverão perder a oportunidade para tentar galvanizar uma prova que pudesse , mais uma vez,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

trazer um rapel do que tinham, para os meios de comunicação, e para a estrutura federativa e competitiva das diferentes associações que praticam ou a canoagem ou o remo. Na área do desporto, tinha havido alguns cortes, iriam apostar muito numa semana radical, com infra-estruturas para animação sobretudo dos jovens, com zonas insufláveis para permitir aos jovens uma grande disponibilidade de algum espaço, que iria ficar situado na feira. -----

-----Iriam manter o apoio ao Quinto Prémio de Ciclismo, ao Torneio de Vólei - rio que irá decorrer em Pereira, ao Sexto Concurso de Pesca Desportiva e à reanimação dos Jogos Tradicionais, à manutenção do Décimo Quinto Open de Xadrês, bem como do Quarto Torneio Internacional de Futsal de escolas do Concelho, em que já tinham uma Selecção que tinha estado presente no torneio de Pereira, e que iria estar novamente na feira, em actuação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o programa definitivo e o respectivo orçamento para as Festas Concelhias dois mil e dois.-----

-----3 –GRUPO MOTARD DA GÂNDARA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO --

-----o Vereador do Pelouro informou que, o Grupo Motard irá efectuar a sua "V Concentração, nos dias vinte e sete e vinte e oito do corrente mês, no Parque de Merendas de Montemor-o-Velho.-----

-----Para além de algum apoio logístico solicitado à Câmara, nomeadamente a cedência do parque, luz, cadeiras e algumas grades de vedação, foi igualmente solicitado o pagamento de prémios a atribuir aos setenta grupos participantes. Estes prémios, são artigos em louça a serem executados na artesã Deolinda Pouseiro, tendo como orçamento quinhentos e vinte e cinco euros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o apoio logístico solicitado à Câmara pelo Grupo Motard da Gândara, bem como financiar os prémios a atribuir aos grupos participantes no evento, no valor de quinhentos e vinte e cinco euros .-----

-----4 – PEDIDO DE APOIO À VISITA PEDAGÓGICA CULTURAL DA -- ----- ESCOLA DO 1.º CEB DE TENTÚGAL -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, no passado dia vinte e cinco de Junho a Escola do Primeiro CEB de Tentúgal realizou uma visita pedagógica/cultural (encerramento do ano lectivo), para a qual convidou os Encarregados de Educação. Essa visita efectuou-se a Braga, tendo os Encarregados de Educação suportado as suas despesas. No entanto,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

as despesas com o autocarro dos alunos rondam os trezentos e setenta e cinco euros, para o qual solicitavam o apoio da Autarquia.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o pedido de apoio à visita pedagógica cultural da escola do Primeiro CEB de Tentúgal, no valor de trezentos e setenta e cinco euros.-----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1 – CANDIDATURA AO PROGRAMA DA REDE SOCIAL-----

----- Na sequência da deliberação de vinte e cinco de Março foi presente para assinatura do Termo de Aceitação entre a Câmara Municipal e o Instituto para o Desenvolvimento Social (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e nove).-----

----- Na sequência desta aprovação irão ser disponibilizadas verbas ao longo dos três anos de execução do programa, a primeira das quais será imediatamente após a assinatura do presente Termo de Aceitação, e as restantes, mediante a apresentação de documento de despesa.-----

----- Mais informou que, a partir do momento em que estão formalizados o Termo de Aceitação entre a Câmara Municipal e o Instituto para o Desenvolvimento Social, é obrigatório haver uma conta específica, da movimentação das receitas e despesas respeitantes ao programa da Rede Social.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

----- Um - Aprovar a candidatura ao programa da Rede Social; -----

----- Dois - Proceder à abertura de conta bancária relativa ao projecto em epígrafe;-----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.-----

----- 2 – JARDIM DE INFÂNCIA DE VERRIDE - AQUISIÇÃO DE ---

----- EQUIPAMENTO E MATERIAL DIDÁCTICO -----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos Serviços, sobre o assunto em epígrafe, a qual consta como documento anexo à presente acta sob o número trinta. - -----

----- Disse ainda que o que estava ali em causa era o seguinte: o contrato-programa tinha sido efectuado com a Junta de Freguesia de Verride e com a Câmara Municipal, no executivo anterior. Aquele contrato-programa tinha sido ratificado em reunião de Câmara deste executivo para ser prorrogado o prazo de execução da obra, que orçava em cerca de doze mil contos. Aquele valor não tinha sido suficiente para terminar aquilo que estava contratada e se previa que fosse o trabalho ser executado. Significava em primeira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

instância que, não tendo sido concluída a obra com aquele valor, que era aquilo a que a Câmara estava obrigada a financiar e, sabendo de antemão que se estava a falar num acréscimo de mais dezoito mil euros, para equipamento da cozinha e do complemento de horário, colocava-se a questão de saber como pagar o diferencial entre o término das obras que não tinham sido concluídas pelo empreiteiro, isto é, o valor estimado pelo o caderno de encargos e a execução dos trabalhos, que tinha sido estabelecido, de alguma forma, ficou incompleto. -----

----- Se ficou incompleto, em primeira instância pode dever-se a vários factores: -----

----- Primeiro - à falta de fiscalização da obra. Falta de cumprimento do próprio empreiteiro e por outro lado, a juntar às duas o facto do próprio empreiteiro nalguns casos não ter cumprido que estava estabelecido. -----

----- Esta era uma novela que se vinha arrastando de alguma forma, e que já tinha merecido o consenso, quer da Câmara, quer da Junta de Freguesia na última reunião que promoveram naquela sala, onde esteve ele próprio, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, a Educadora e as Técnicas que acompanhavam aquele processo. A Câmara cumpria naturalmente o protocolado em cerca de doze mil contos, cumpria na aquisição do equipamento para a cozinha, do material e do complemento de horário e a Junta de Freguesia faria, enquanto entidade proprietária do edifício, o acabamento dos trabalhos de remediação do edifício. Aquele acabamento apresentava um orçamento inicial no valor de cerca de cinco mil e seiscentos contos, e que depois dos pedidos de rectificação e acompanhamento da senhora Engenheira Isabel Quinteiro, tinha passado para doze mil e oitenta e dois euros, cerca de dois mil e quatrocentos contos, ou seja, ainda menos de metade. -----

----- O que estava em causa, para além daquele calendário, tinha a ver com o facto da Câmara ter cumprido os seus compromissos. Pensava que sim. A Câmara tinha feito um contrato-programa com a Junta de Freguesia de Verride, ainda no mandato anterior, tinha projecto e caderno de encargos para o edifício, que orçavam, para aquele edifício, em doze mil contos, apesar do projecto não ter sido submetido à apreciação das entidades competentes (DREC). Restava saber onde é que poderiam ter havido dificuldades de cumprimento, de gestão da própria obra, e onde é que hoje tinham que intervir. Pensava que nem todas as opiniões eram concordantes, a Câmara Municipal não tinha que continuar a alimentar trabalhos, ou mal feitos, ou de gestão danosa. Já tinha feito um levantamento, que tinha entregue pessoalmente, na última reunião de Câmara, ao Senhor Presidente da Câmara, das necessidades ao nível do primeiro ciclo, de todo o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

concelho, e não tinham capacidade financeira de intervir em todas as escolas. Estava a falar de algumas delas com orçamentos de um terço, do valor referido. -----

----- De alguma forma, podiam assumir alguma responsabilidade na gestão e na condução daqueles trabalhos, mas não se tratava nunca de penalizar Verride, e disso já tinha falado ao Senhor Presidente da Junta de Verride, pelo facto de se ter dado doze mil contos que era a verba inscrita no contrato-programa. Estavam a falar de doze mil contos, mais três mil contos para equipamento, totaliza um valor de quinze mil contos, que, para quem conhece aquela escola, parecia ser um investimento suficiente, para que ela estivesse pronta. -----

----- Aquilo que tinha sido dito, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Verride, e que ele tinha aceite, depois da Câmara lhe ter redobrado o orçamento para depois mil e dois, foi-lhe proposto que elege-se como prioridade o edifício que era da própria Junta de Freguesia. -----

----- O que estava em causa não era o facto da Câmara não se responsabilizar em matérias da sua jurisdição, mas passava também pela moralização do sistema, para que se evitem futuras situações idênticas. -----

----- O que propunha era que a Câmara Municipal autorizasse, naquela fase, o orçamento provisório no valor de dezoito mil setecentos e vinte e oito euros, para a aquisição do equipamento mínimo, quer para a cozinha, quer para as instalações, quer para o complemento de horário, para que no dia dezasseis de Setembro o Jardim de Infância de Verride, estivesse a funcionar em pleno. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação àquele assunto, e depois de falarem em cinquenta ou sessenta mil contos para as festas concelhias, estarem a discutir aquela questão, parecia-lhe um pouco ridículo. Por outro lado, considerava que o Vereador Pedro Machado tinha feito uma intervenção em que já estava a responder a uma conversa que tinham tido anteriormente. Era um esforço assinalável, mas isso não retirava a pertinência do que lhe tinha dito. -----

----- O que se passava era que, o acordo com o Presidente da Junta de Freguesia de Verride, não tinha sido um acordo mas sim uma imposição. Pensava que nem a Câmara, nem o Presidente da Junta de Freguesia de Verride tinham culpa. Aquele executivo tinha herdado aquela situação, da mesma forma que o Presidente da Junta. Restava saber se os doze mil contos que estavam contratualizados, incluíam ou não, aquela obra suplementar, e que tinha sido sugerida pelo Senhor Vereador Pedro Machado. O que se passava era que aquela escola, apesar de ser propriedade da Junta, havia uma obra a mais por sugestão

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

do Senhor Vereador Pedro Machado. Também achava que, tendo sido feita uma parte toda nova, não fazia sentido deixar uma parte velha.-----

----- O ónus iria recair sobre uma perspectiva de execução para a freguesia, que tinha sido dada e comunicada, para aplicação de uma verba que tinha sido atribuída pela Câmara Municipal. Naquele momento, considerava que se estava a jogar com um moeda de troca que não era legítima. Se aquela decisão tivesse sido conjunta e que ambas as partes participassem nas obras, concordaria com ela. O que estava ali em causa era o valor do mobiliário e do equipamento, que já não fazia parte da empreitada dos doze mil contos. Todos sabiam que ao fazer uma obra, era necessário equipá-la e esse era um valor que não fazia parte dos doze mil contos.-----

----- O que se passava, era que a Junta de Freguesia aceitava aquele acordo, pois não tinha outra solução. Pensava que estavam a ser demasiado rigorosos e exigentes no cumprimento, naquela caso, no Jardim de Infância de Verride, quando noutras circunstâncias, a Câmara tinha sido suficientemente tolerante, e tem sabido responder a algumas omissões, nalguns problemas noutros projectos o concelho de Montemor.-----

----- Deviam assumir, logo que fosse oportuno, um apoio extraordinário à Junta de Freguesia de Verride, no cumprimento do seu plano. Cá estarão também, para, posteriormente e em caso disso, propor intervenções concretas em Verride, que pudessem minimizar o impacto, sobre o orçamento da Junta de Freguesia, que naquele momento, aquele projecto acarretava.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo compreender aquela questão, mas haviam algumas notas que lhe pareciam relevantes. Se politicamente quizessem discutir aquele assunto, então poderiam perguntar onde é que poderiam cortar, para poderem dar um reforço a Verride, reforço que não tinham.-----

----- A questão que se colocava era que, em relação ao projecto, aquele nem sequer tinha sido submetido à apreciação do próprio Ministro da Educação, daí as visitas que tinha feito, com a Engenheira responsável pela parte das infra-estruturas da Direcção Regional de Educação, pois tinham constatado no momento, que uma reparação de doze mil contos naquele edifício, não tinha chegado para tapar os buracos que estavam visíveis. A começar por questões básicas, como era por exempla a remodelação do sistema eléctrico daquele edifício, daí a sugestão ao Senhor Presidente de Junta, reiterada pela própria Técnica da DREC que manifestou enorme vontade em ultrapassar o facto do edifício não ter sido submetido a uma avaliação e vistoria prévias.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

----- O que iriam votar, era a aquisição do equipamento da cozinha e para o complemento de horário. Pensava que o Presidente da Junta de Freguesia tinha aceite aquele acordo, de livre vontade. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, todos os argumentos eram válidos. Em relação à questão da escola, haviam duas facetas que não poderiam ser omitidas. Percebia bem a retórica colocada pelo Senhor Vereador Victor Camarneiro e achava muito bem que defendesse os seus camaradas, mas na política, regatear aquela situação não lhe parecia politicamente honesto. Em relação à forma como o processo estava a ser reenvindicado, achava perfeitamente natural. Recordava ali duas coisas: -----

----- Primeiro - A obra ainda estava a decorrer, a vistoria tinha sido feita em Julho, o que significava que durante seis meses, que muitas das vezes o senhor Presidente da Junta de Freguesia, não se apercebia da forma como o próprio empreiteiro geriu o processo. Dentro de uma matéria, que para ele era essencial, e esperava que não a repetissem, era fazer contratos-programas que eram desonestos, logo à partida. -----

----- Dentro daquele conjunto, considerava ter havido uma má gestão do processo, porque os recursos tinham acabado por sair mais onerosos, do que os que teriam sido obtidos por uma administração directa, por parte da Autarquia. -----

----- Segundo - Em relação ao investimento do equipamento, que iriam fazer, e o que lhe interessava era que, ao chegarem a Setembro, as crianças de Verride, da Ereira e de Vila Nova da Barca, sentissem garantidas as melhores condições em termos da formação técnico-pedagógica. -----

----- O que tinha dito ao Presidente da Junta de Freguesia era que assumisse aquele tipo de acordo que, ou até ao final do ano, ou no início do ano que vem, não se iria esquecer daquela circunstância. Quando se deslocou a Verride para saber onde iriam ser aplicados os três mil oitocentos e cinquenta contos, tinha-lhe sido dito que iriam ser para a limpeza de valetas, a qual não tinha concordado, pois pretendia que houvesse um projecto diferente, como por exemplo o arranjo urbanístico exterior do cemitério. Se aquele projecto tinha passado a ser prioritário, devia-se ao facto da envolvimento do próprio executivo, que tinha pressionado para que isso acontecesse. -----

----- Comprometia-se a equacionar, pelo menos até cinquenta por cento, daqueles doze mil euros que, estavam em causa, e que teria uma solução ou no final do ano, ou início do próximo ano. -----

----- Assim, propunha que a autarquia adquirisse o equipamento, que houvesse uma palavra do Senhor Vereador Pedro Machado em que, reiterasse uma vez mais, aquele

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19

empenhamento, na questão funcional de operacionalidade de gestão de tesouraria da Câmara, no final do ano, principio do próximo e que, cinquenta por cento da verba ali apresentada fosse equacionada dentro de uma melhor gestão de participação em que todos terão de assumir a sua responsabilidade. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezanove horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A TÉCNICA SUPERIOR DE 1ª. CLASSE

Maria Albertina Maranhã Camarneiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 19